



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS
MBA EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS



PEDRO HENRIQUE COSTA ROCHA

**O EMPREGO DE CARROS DE COMBATE NA SEGUNDA BATALHA DE
FALLUJAH E OS PRINCÍPIOS DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO**

Niterói

2023

PEDRO HENRIQUE COSTA ROCHA

**O EMPREGO DE CARROS DE COMBATE NA SEGUNDA BATALHA DE
FALLUJAH E OS PRINCÍPIOS DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO**

Trabalho de conclusão de curso de MBA apresentado ao Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense com parceria ao Centro de Instrução Sylvio de Camargo (Marinha do Brasil) como requisito parcial para a obtenção do título de MBA em Relações Internacionais, orientado por Dr^a Erika Kubik da Costa Pinto.

Niterói

2023

Os Carros de Combate na Batalha de *Fallujah* e os Princípios do Direito Internacional
Humanitário

Aluno: Pedro Henrique Costa Rocha

Avaliadores

Avaliador 01: Prof. Dr. Eduardo Heleno de Jesus Santos (leitor)

Avaliador 02: Prof. Dr. Erika Kubik da Costa Pinto (orientador)

Notas dos Avaliadores	
Nota 1	
Nota 2	

RESUMO

Considerando a Segunda Batalha de *Fallujah*, este estudo investiga a aplicação dos tanques *Abrams M1* em ambientes urbanos, com a finalidade de compreender as implicações legais e éticas sob a ótica do Direito Internacional Humanitário (DIH). O objetivo é conduzir uma pesquisa exploratória abrangente, por meio de métodos de pesquisa bibliográfica e documental. Esta abordagem possibilitará uma revisão sistemática da literatura, explorando diversas perspectivas e teorias pertinentes. Além disso, a pesquisa documental será empregada para coletar dados em documentos legais, relatórios oficiais e outras fontes, a fim de oferecer um entendimento aprofundado. O estudo contextualizará a Guerra do Iraque, e analisará o uso de carros de combate na Segunda Batalha de *Fallujah* à luz dos Princípios do DIH. Observa-se que os carros de combate foram empregados contra alvos militares legítimos, indicando a intenção consciente de seguir os princípios da proporcionalidade e da distinção. A autorização para atacar mesquitas evidencia que as forças de coalizão estavam cientes do DIH e das exceções à proteção de locais de culto religioso. As conclusões destacam a necessidade crucial de equilibrar a eficácia militar com a proteção de civis e bens civis, oferecendo implicações significativas para processos decisórios futuros nesta área.

Palavras-chave: *Fallujah*. Carro de combate. *Abrams M1*. Direito Internacional Humanitário (DIH).

ABSTRACT

Considering the Second Battle of Fallujah, this study investigates the application of Abrams M1 tanks in urban environments, aiming to understand the legal and ethical implications from the perspective of International Humanitarian Law (IHL). The objective is to conduct a comprehensive exploratory research using bibliographic and documentary research methods. This approach will enable a systematic review of the literature, exploring various relevant perspectives and theories. Furthermore, documentary research will be employed to gather data from legal documents, official reports, and other sources, in order to provide a profound understanding. The study will contextualize the Iraq War and analyze the use of combat vehicles in the Second Battle of Fallujah in light of IHL Principles. It is observed that combat vehicles were employed against legitimate military targets, indicating a conscious intention to adhere to the principles of proportionality and distinction. Authorization to attack mosques demonstrates that coalition forces were aware of IHL and exceptions to the protection of religious worship sites. The conclusions highlight the crucial need to balance military effectiveness with the protection of civilians and civilian property, offering significant implications for future decision-making processes in this area.

Key-Words: Fallujah. Tank. Abrams M1. International Humanitarian Law (IHL).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A cidade de <i>Fallujah</i> em novembro de 2004.....	6
Figura 2 - Ponte sobre o rio Eufrates na cidade de <i>Fallujah</i>	11
Figura 3 - Operação <i>Vigilant Resolve</i>	13
Figura 4 - Operação <i>Phantom Fury</i>	19
Figura 5 - <i>Abrams M1</i>	23
Figura 6 - O canhão 120mm do tanque <i>Abrams M1</i> destruindo um ponto forte das forças insurgentes em uma construção existente, durante a Segunda Batalha de <i>Fallujah</i>	25
Figura 7 - O tanque <i>Abrams M1</i> acaba de disparar o canhão principal de 120mm contra alvos insurgentes na Segunda Batalha de <i>Fallujah</i> . Os tanques trabalham em pares, provendo cobertura um para o outro. A infantaria a pé estava próxima para fazer a segurança dos blindados.....	31

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 A BATALHA DE FALLUJAH	5
1.1 CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO DE FALLUJAH.....	6
1.2 O ATAQUE AO COMBOIO DE SEGURANÇA PRIVADA (MARÇO DE 2004)	9
1.3 PRIMEIRA BATALHA DE FALLUJAH (ABRIL DE 2004)	11
1.4 SEGUNDA BATALHA DE FALLUJAH (NOVEMBRO DE 2004)	15
2 A IMPORTÂNCIA DOS CARROS DE COMBATE	22
2.1 CARACTERÍSTICAS DOS TANQUES <i>ABRAMS M1</i>	22
2.1.1 <i>Capacidades</i>	23
2.1.2 <i>Limitações</i>	25
2.2 COMBATE EM AMBIENTE URBANO	27
2.3 EMPREGO DOS CARROS DE COMBATE NA SEGUNDA BATALHA DE <i>FALLUJAH</i>	29
3 DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO	34
3.1 PRINCÍPIO DA NECESSIDADE MILITAR	34
3.2 PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE.....	36
3.3 PRINCÍPIO DA DISTINÇÃO	38
3.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O EMPREGO DE CARROS DE COMBATE NA SEGUNDA BATALHA DE <i>FALLUJAH</i>	40
3.5 AS MESQUITAS DE FALLUJAH.....	42
CONCLUSÕES.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52

INTRODUÇÃO

A Guerra do Iraque foi um conflito militar que ocorreu entre 2003 e 2011. O contexto histórico e político da Guerra do Iraque remonta ao período pós 11 de setembro de 2001, quando os Estados Unidos sofreram ataques terroristas coordenados pela *Al-Qaeda*. Esses ataques levaram o governo americano a adotar uma postura mais agressiva em relação à política externa e à guerra contra o terrorismo. O presidente George W. Bush, juntamente com outros líderes ocidentais, alegava que o Iraque, governado por *Saddam Hussein*, possuía armas de destruição em massa e mantinha ligações com grupos terroristas, o que representava uma ameaça à segurança global.

Em março de 2003, os Estados Unidos e uma coalizão de países aliados lançaram a invasão do Iraque, na chamada Operação *Iraqi Freedom*. O objetivo declarado era remover *Saddam Hussein* do poder, destruir as supostas armas de destruição em massa e promover a democracia no país. A invasão foi realizada sem o apoio explícito do Conselho de Segurança da ONU, o que gerou controvérsias e divisões na comunidade internacional.

Após a queda do regime de *Saddam Hussein*, a ocupação do Iraque pelas forças da coalizão enfrentou diversos desafios. A falta de um plano de transição claro, a dissolução das instituições estatais e a desmobilização do exército iraquiano contribuíram para a criação de um vácuo de poder no país. Esses fatores, juntamente com a desestabilização social e a presença de grupos insurgentes, criaram um ambiente propício para o surgimento de uma resistência armada contra as forças da coalizão.

Fallujah, uma cidade situada na província de *Al-Anbar*, no oeste do Iraque, emergiu como um epicentro da insurgência e resistência à ocupação. A cidade possuía um histórico de descontentamento com o regime de *Saddam Hussein* e a população local demonstrava hostilidade em relação às forças estrangeiras. Além disso, *Fallujah* era conhecida por sua forte identidade tribal e religiosa, com uma predominância sunita.

A escalada da violência em *Fallujah* foi impulsionada por uma combinação de fatores. A população local ressentia-se da presença das forças estrangeiras, alegando abusos e excessos cometidos por soldados da coalizão. Ao mesmo tempo, a cidade tornou-se um refúgio para grupos insurgentes, incluindo a *Al-Qaeda* no Iraque, que encontraram apoio e abrigo entre os moradores locais.

Os confrontos entre as forças da coalizão e os insurgentes em *Fallujah* se intensificaram ao longo do tempo. A primeira Batalha de *Fallujah* ocorreu no período compreendido entre 4 e 10 de abril de 2004, quando insurgentes iraquianos mataram quatro contratados de uma empresa de segurança americana e exibiram seus corpos mutilados

publicamente. Em resposta, as forças americanas lançaram uma ofensiva imediata para retomar a cidade, conhecida como *VIGILANT RESOLVE*. As forças envolvidas na batalha consistiam principalmente de unidades do Exército dos Estados Unidos, incluindo a 1ª Divisão de Infantaria, a 82ª Divisão Aerotransportada e unidades do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos. Por outro lado, os insurgentes eram uma mistura de combatentes estrangeiros, membros de grupos extremistas sunitas e milícias locais. No entanto, a operação foi interrompida por meio de um acordo de cessar-fogo em 10 de abril de 2004, devido a preocupações com a perda de vidas civis e a crescente resistência. (Sanchez; Phillips, 2008, p. 332)

A segunda Batalha de *Fallujah*, também conhecida como Operação *Phantom Fury* ou Operação *al-Fajr*, foi uma ofensiva militar que ocorreu de 7 a 23 de novembro de 2004, conduzida pelas forças dos Estados Unidos com apoio de forças iraquianas, contra rebeldes na cidade de *Fallujah*. A operação foi lançada como uma tentativa de retomar o controle da cidade, por meio de um cerco militar, seguido por um assalto terrestre e combates intensos nas ruas de *Fallujah*. As forças da coalizão enfrentaram forte resistência por parte dos insurgentes, que haviam se fortificado na cidade e usavam táticas de guerrilha.

Diversas unidades do Exército norte-americano estiveram presentes na segunda Batalha de *Fallujah*, incluindo elementos da 1ª Divisão de Infantaria, 1ª Divisão de Cavalaria, 3ª Divisão de Infantaria, 82ª Divisão Aerotransportada, 101ª Divisão Aerotransportada. Os fuzileiros navais dos EUA tiveram um papel de destaque na segunda batalha de *Fallujah*. Elementos do I MEF (*Marine Expeditionary Force*) e do II MEF foram implantados na operação, incluindo a 1ª Divisão de Fuzileiros Navais, a 2ª Divisão de Fuzileiros Navais e a 3ª Divisão de Fuzileiros Navais. (Tucker-Jones, 2014, p. 103)

A segunda Batalha de *Fallujah* contou com o amplo emprego de carros de combate, incluindo tanques *Abrams M1*, para apoiar as operações terrestres. Os tanques *Abrams M1* são considerados um dos principais veículos de combate blindados do Exército dos Estados Unidos, oferecendo vantagens significativas em termos de mobilidade, poder de fogo e proteção para as forças militares. Os carros de combate desempenharam um papel fundamental em neutralizar ameaças, destruir fortificações inimigas, criar pontos de passagem por meio da destruição de obstáculos e fornecer apoio de fogo às tropas terrestres.

No entanto, o emprego dos carros de combate no ambiente urbano de *Fallujah* exigiria uma abordagem diferenciada para minimizar os danos colaterais e proteger a população civil. O respeito pelos princípios do Direito Internacional Humanitário é fundamental para garantir a proteção dos direitos humanos, a segurança da população civil e a conformidade com as

normas internacionais durante a condução de operações militares, principalmente em localidades densamente povoadas.

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar a utilização de carros de combate na segunda Batalha de *Fallujah*, sob a perspectiva dos princípios do Direito Internacional Humanitário, abrangendo as implicações legais e éticas envolvidas no emprego dos tanques *Abrams* M1 em ambiente urbano complexo e altamente povoado. Esses princípios têm como objetivo estabelecer limites para o uso da força durante os conflitos armados, a fim de proteger a população civil e minimizar danos desnecessários. A natureza urbana do conflito apresenta obstáculos significativos, como a presença de civis em áreas de combate, a dificuldade em distinguir combatentes de não combatentes e a necessidade de atenuar danos colaterais.

Com o objetivo de obter um entendimento aprofundado e abrangente do tema, será conduzida uma pesquisa exploratória. Esse tipo de pesquisa busca reunir conceitos e informações relevantes relacionadas ao tema em questão. Nesse processo, serão empregados métodos de pesquisa bibliográfica e documental. Essa abordagem permitirá uma revisão sistemática de literatura, explorando diferentes perspectivas e teorias relevantes. Além disso, a pesquisa documental será utilizada para coletar informações em documentos legais, relatórios oficiais, dados estatísticos e outras fontes. Essa abordagem permitirá obter dados concretos e informações específicas relacionadas ao tema em análise. Ao combinar os métodos de pesquisa bibliográfica e documental, será possível obter uma ampla gama de fontes e dados para embasar a pesquisa.

No primeiro capítulo deste trabalho, será realizado um estudo sobre o contexto histórico e político da Guerra do Iraque. Como referência principal, será utilizado a obra *Fighting for Fallujah: a new dawn for Iraq*, de Ballard (2006), que mostra em detalhes como se deram as operações em *Fallujah*, desde sua concepção até a retirada das tropas americanas.

No segundo capítulo, será realizada uma análise sobre o emprego dos carros de combate na Segunda Batalha de *Fallujah*. Serão apresentadas as principais estratégias de emprego de carros de combate e como os tanques *Abrams* M1, desempenharam a função de neutralizar ameaças, suprimir posições inimigas, utilizar sua capacidade de apoio de fogo, além de prover proteção blindada e mobilidade para as tropas terrestres durante a batalha. Também serão abordadas as limitações dos tanques *Abrams* M1 quando empregados em ambientes urbanos. As ruas estreitas e os espaços confinados das áreas urbanas podem restringir sua mobilidade e torná-los vulneráveis a emboscadas. Além disso, a necessidade de minimizar os danos colaterais e proteger a população civil pode exigir um cuidadoso ajuste de

táticas e uma abordagem mais cautelosa ao utilizar os tanques nessas áreas. Para isso, será utilizado como referência a obra *Operation Phantom Fury: the assault and capture of Fallujah, Iraq* de Camp (2009), considerando a perspectiva dos militares abordada na obra *US Marines in Battle: Fallujah, November – December 2004*, de MCWilliams; Schlosser (2014).

Por fim, no terceiro e último capítulo, será realizada a análise da utilização de carros de combate na segunda Batalha de *Fallujah*, sob a perspectiva dos Princípios do Direito Internacional Humanitário. Nesse capítulo, serão examinadas situações específicas que ocorreram durante a batalha, analisando-as à luz das normas legais e éticas estabelecidas pelo direito internacional. Será realizada uma avaliação das ações envolvendo os carros de combate, tendo em vista os Princípios do Direito Internacional Humanitário, como a distinção entre combatentes e civis, a proporção na utilização da força e a necessidade de precauções para evitar danos indiscriminados. Serão exploradas as medidas adotadas para minimizar os riscos para a população civil e os esforços realizados para proteger infraestruturas essenciais, como hospitais, escolas e templos religiosos.

1 A BATALHA DE FALLUJAH

A Guerra do Iraque foi um conflito militar que ocorreu entre 2003 e 2011, entre os Estados Unidos e seus aliados e o governo do Iraque liderado por *Saddam Hussein*. O contexto histórico e político da Guerra do Iraque remonta ao período pós-11 de setembro de 2001, quando os Estados Unidos sofreram ataques terroristas coordenados pela *Al-Qaeda*. Esses ataques levaram o governo americano a adotar uma postura mais agressiva em relação à política externa e à guerra contra o terrorismo.

O presidente *George W. Bush*, juntamente com outros líderes ocidentais, acreditava que *Saddam Hussein* possuía armas de destruição em massa e mantinha ligações com grupos terroristas, o que representava uma ameaça à segurança global. De acordo com os autores Amaury Patrick Gremaud e Maria Fernanda Lombardi Fernandes (2003, p. 22), nas apresentações feitas ao Conselho de Segurança da ONU, mais de uma dezena de itens foram levantados, os quais iam desde o fato de que o Iraque financiava grupos e ações terroristas até o tratamento desumano infligido a minorias, passando pelas questões da posse e do desenvolvimento de armas químicas, biológicas, nucleares, ou seja, armas de destruição em massa. Essa percepção justificou a intervenção militar no Iraque, com o objetivo declarado de desarmar o regime iraquiano e promover a estabilidade na região.

No entanto, surgiram controvérsias sobre a veracidade das alegações de armas de destruição em massa, principalmente pelas inspeções realizadas pelos observadores destacados pela ONU, que não conseguiram encontrar vestígios significativos da posse desse tipo de arsenal. Essas divergências geraram debates sobre a legitimidade e a legalidade da intervenção militar, aumentando as críticas e as tensões em relação à guerra. A invasão foi realizada sem o apoio explícito do Conselho de Segurança da ONU, o que gerou controvérsias e divisões na comunidade internacional. (Germaud; Fernandes, 2003, p. 23)

Em março de 2003, os Estados Unidos e uma coalizão de países aliados lançaram a invasão do Iraque, na chamada *Operation Iraqi Freedom*, com o objetivo declarado de remover *Saddam Hussein* do poder. Após a queda do regime de *Saddam*, a ocupação do Iraque pelas forças da coalizão enfrentou diversos desafios. A falta de um plano de transição claro, a dissolução das instituições estatais e a desmobilização do exército iraquiano contribuíram para a criação de um vácuo de poder no país. Esses fatores, juntamente com a desestabilização social e a presença de grupos insurgentes, criaram um ambiente propício para o surgimento de uma resistência armada contra as forças da coalizão.

1.1 Contexto Histórico e Político de Fallujah

Fallujah é uma cidade localizada nas margens do rio Eufrates, na província de *Al Anbar*, a cerca de 60 quilômetros a oeste de Bagdá, com uma população majoritariamente sunita de 300.000 habitantes. “Com quarenta e sete mesquitas na cidade e mais cinquenta em suas vilas vizinhas, *Fallujah* era conhecida como “A Cidade das Cem Mesquitas”¹ (Figura 1). Segundo West (2011, p. 2/5) a cidade era "disposta em uma grade quadrada de avenidas largas, composta por dois mil blocos de pátios, apartamentos, casas de concreto de dois andares e becos sórdidos"², um lugar onde "casas meio construídas, montes de lixo e carros velhos abandonados lotavam cada bairro"³.

Figura 1 - A cidade de *Fallujah* em novembro de 2004.



Fonte: MCWILLIAMS; SCHLOSSER, 2014, p. 8

¹ Do original: “*With forty-seven mosques in its neighborhoods and fifty more in the neighboring villages, Fallujah was called “the city of a hundred mosques.”*” (West, 2011, p. 2/5)

² Do original: “*Laid out in a square grid of wide boulevards, Fallujah comprised two thousand blocks of courtyard walls, tenements, two-story concrete houses, and squalid alleyways.*” (West, 2011, p. 2/5)

³ Do original: “*Half-completed houses, garbage heaps, and wrecks of old cars cluttered every neighborhood.*” (West, 2011, p. 2/5)

Durante a invasão do Iraque em março de 2003, militares dos Estados Unidos consideraram que a região de *Fallujah* não possuía valor militar e contornaram a cidade naquela ocasião. Em 23 de abril de 2003, tropas da 82ª Divisão Aerotransportada do Exército dos EUA foram as primeiras tropas americanas a chegar em *Fallujah* após a invasão. Ao contrário de algumas outras cidades do Iraque, os soldados americanos não foram bem recebidos pela população local. Nos primeiros cinco meses, o controle da região mudou de mãos quatro vezes, passando pela 82ª Divisão Aerotransportada, uma companhia do 3º Regimento de Cavalaria Blindada e soldados da 2ª Brigada da 3ª Divisão de Infantaria. A responsabilidade retornou para o 3º Regimento de Cavalaria Blindada, sendo assumida pelo 1º Batalhão do 505 Regimento de Infantaria Paraquedista da 82ª Divisão Aerotransportada. *Fallujah* permaneceu sob o controle da Divisão Aerotransportada do Exército de setembro de 2003, até quando o controle da cidade foi delegado aos Fuzileiros Navais, em março de 2004. (West, 2011, p. 12, 15 e 26)

Porém, antes da chegada da Força Expedicionária dos Fuzileiros Navais (I MEF), a cidade foi palco de sucessivos episódios de violência e conflito entre as unidades do Exército dos Estados Unidos e os insurgentes, abalando a estabilidade da região. A presença de insurgentes realizando ataques e emboscadas resultou em uma escalada dos conflitos. Houve preocupação quanto à segurança e ao controle da cidade, demonstrando a complexidade da situação enfrentada pelas forças norte-americanas.

Nos dias 28 e 30 de abril de 2003, militares integrantes da 82ª Divisão Aerotransportada foram cercados por uma multidão, resultando em 13 civis mortos e 91 feridos. Além dos ataques frequentes contra militares americanos, houve incidentes significativos com baixas civis, como um protesto no qual quinze iraquianos foram mortos por tropas americanas. Em setembro de 2003, ocorreu a morte acidental de sete policiais iraquianos e guardas de hospital por tropas americanas. Por outro lado, em novembro de 2003, um helicóptero americano modelo CH-47 *Chinook* foi abatido pelos insurgentes. (Bremer, 2006, p. 314)

Em 2 de janeiro de 2004, insurgentes derrubaram um helicóptero OH-58 *Kiowa* sobre a cidade. No mesmo dia, o 1º Batalhão do 505 Regimento de Infantaria Paraquedista, com apoio de operações especiais, descobriu 17 artefatos explosivos improvisados armados e quatro caminhões de carga cheios de explosivos e armas em um mercado de *Fallujah*. Pouco depois da operação, o fogo insurgente abateu um helicóptero de resgate UH-60 *Black Hawk*, causando a morte de nove soldados dos EUA. Outros dois helicópteros foram derrubados em rápida sucessão. Em 12 de fevereiro, ocorreu um comboio para visita do Comandante do

Comando Central dos EUA e do Comandante da 82ª Divisão Aerotransportada ao Corpo de Defesa Civil do Iraque (ICDC). Porém, ao se aproximar do prédio ICDC, o comboio foi atacado pelos insurgentes com lançadores de foguetes (RPG).

Dois dias depois, em 14 de fevereiro de 2004, insurgentes conduziram ataques a três delegacias de polícia iraquianas e ao escritório do prefeito, simultaneamente. Nesse episódio foram libertados 20 prisioneiros e mortos 17 policiais levemente armados. Dois dos insurgentes mortos eram libaneses, ressaltando a presença de combatentes estrangeiros na cidade. Durante a transferência de controle de *Fallujah* da 82ª Divisão Aerotransportada para a Força Expedicionária dos Fuzileiros Navais (I MEF), ocorreu um ataque de morteiro ao prédio do prefeito durante uma reunião do conselho municipal, matando 2 civis iraquianos e ferindo 19 militares americanos. (Rayburn et al., 2019, p. 282)

Em suas memórias, o chefe da Autoridade Provisória da Coalizão, Embaixador *L. Paul Bremer III*, levantou preocupações ao General *Abizaid* e ao Comandante da Força Tarefa da Coalizão, General *Ricardo S. Sanchez*, após o ataque em *Fallujah* em 14 de fevereiro, demonstrando que:

“a 82ª Divisão Aerotransportada não foi capaz de estabelecer segurança adequada na província, especialmente em cidades como *Fallujah* e *Ramadi*, mais a oeste no Eufrates. Em março de 2004, havia um impasse de fato em *Fallujah*: a 82ª Divisão cercava a cidade, mas efetivamente cedia o controle de suas ruas aos seus moradores. Os insurgentes continuaram a usar o santuário urbano para emboscar tropas americanas, plantar explosivos improvisados e acumular armas”.⁴ (Bremer, 2006, p. 314)

Em suma, *Fallujah*, de população majoritariamente sunita e conhecida como "A Cidade das Mesquitas", foi considerada sem relevância tática durante a invasão do Iraque em 2003. No entanto, a cidade se tornou um ponto de conflito e instabilidade, sofrendo com as sucessivas trocas de controle militar. Os incidentes armados envolvendo militares americanos e insurgentes iraquianos, frequentemente deixando mortos e feridos entre civis, contribuíram para aumentar a instabilidade na cidade, desafiando as tentativas de estabelecer a segurança na região. A escalada da violência estava prestes a atingir um nível ainda não experimentado pelas forças da coalizão, a partir de um incidente de extrema violência que repercutiu mundialmente, marcando a mudança na importância estratégica da cidade de *Fallujah*.

⁴ Do original: “the 82nd Airborne had been unable to establish adequate security in the province, especially in cities like *Fallujah* and *Ramadi*, farther west on the Euphrates. By March 2004, there was a *de facto* standoff in *Fallujah*: the 82nd ringed the city but effectively ceded control of its streets to the townsmen. Insurgents continued to use the urban sanctuary’ to ambush American troops, plant IEDs, and stockpile weapons”. (Bremer, 2006, p.314)

1.2 O Ataque ao Comboio de Segurança Privada (março de 2004)

De acordo com o relatório da *United States House of Representatives* (2007, p. 11), na manhã de quarta-feira, 31 de março de 2004, quatro contratados da empresa de segurança privada *Blackwater Security* partiram do acampamento de *Fallujah*, base do Corpo de Fuzileiros Navais e quartel-general da Força Expedicionária dos Fuzileiros Navais (I MEF). O acampamento de *Fallujah* era um complexo militar localizado a dois quilômetros da fronteira leste da cidade. Os contratados estavam viajando em dois veículos *Mitsubishi Pajero* SUVs desprotegidos, com dois seguranças em cada veículo. Sua missão era escoltar três caminhões de plataforma pertencentes à *ESS Support Services Worldwide* (subcontratada da *Kellogg, Brown and Root (KBR)*) até a Base Aérea *Al Taqaddam* (anteriormente conhecida como Base de Operações Avançada *Ridgeway*), aproximadamente 16 quilômetros a oeste de *Fallujah*. Essa missão havia começado no dia anterior, quando partiram da base em *Camp Taji*, a aproximadamente 25 quilômetros a noroeste de Bagdá e 50 quilômetros a nordeste de *Fallujah*.

Sem mapas adequados da região ou tempo suficiente para realizar um planejamento detalhado da missão, o comboio se perdeu e chegou em *Fallujah* na noite de 30 de março, pensando que havia chegado ao destino correto. Tendo descoberto que chegaram à base errada, os contratados passaram a noite em *Fallujah*, com a intenção de chegar ao destino correto, *Al Taqaddam*, no dia seguinte. Contrariando os avisos recebidos da empresa de segurança que a *Blackwater* havia substituído recentemente, bem como dos contratados da *KBR* com quem falaram em *Fallujah*, os contratados decidiram cortar caminho dirigindo diretamente pelo centro de *Fallujah*. Além disso, a equipe da *Blackwater* não coordenou suas ações planejadas com a I MEF ou o Regimento de Combate 1, responsáveis pela área de operações que incluía *Fallujah*. Portanto, quando o ataque ocorreu, as forças americanas não tinham conhecimento da presença dos contratados dirigindo por *Fallujah*. (Waxman, 2007, p. 8 e 11)

De acordo com os motoristas dos caminhões que estavam sendo escoltados naquele dia, o comboio passou primeiro por um posto de controle do Corpo de Defesa Civil do Iraque (ICDC) e foi liberado. Uma vez dentro da cidade, foram parados em um posto de controle da Polícia Iraquiana, onde os dois contratados do veículo principal conversaram com um oficial e foram autorizados a prosseguir. Vários quarteirões adiante, o tráfego voltou a parar. Depois de vários minutos parados, ambos os veículos que transportavam os contratados da *Blackwater* foram atacados por pelo menos cinco insurgentes armados com AK47s. Ao contrário dos relatos iniciais, metralhadoras pesadas e lançadores de foguetes (RPG) não foram utilizados

no ataque. Os motoristas dos caminhões da ESS conseguiram sair do local e da cidade em segurança sem serem atacados. Possivelmente, os insurgentes não perceberam que eles estavam com os contratados. (Waxman, 2007, p. 13)

Após o ataque inicial, os veículos e as vítimas foram incendiados, seus corpos carbonizados desmembrados e seus corpos arrastados pelas ruas de *Fallujah*, enquanto eram espancados por uma multidão de iraquianos enfurecidos. Naquele dia, o mundo veria fotografias e vídeos dos corpos pendurados em uma ponte sobre o rio Eufrates (Figura 2), na borda oeste de *Fallujah*. Essas imagens evocaram memórias e emoções do incidente "*Blackhawk Down*", que ocorreu em outubro de 1993, quando os corpos de soldados americanos foram filmados sendo espancados e arrastados pelas ruas de Mogadíscio, na Somália, diante de uma multidão celebrando.

Esse episódio em particular deixou claro que as forças da coalizão haviam perdido o controle sobre *Fallujah*. O impacto das imagens e a repercussão do incidente a nível global resultaram em uma resposta militar de caráter urgente, porém com pouco tempo de planejamento por parte dos Estados Unidos. Além disso, havia o temor que o *Fallujah* se transformasse em um símbolo da resistência à ocupação estrangeira, a partir da escalada da insurgência iraquiana. Assim, esse episódio violento resultou em um ponto de virada da política de ocupação americana em relação à *Fallujah*. Como resultado, uma campanha militar foi desencadeada com o objetivo de capturar os elementos insurgentes responsáveis pelo ataque aos contratados da *Blackwater* e restabelecer o controle da cidade. Essa demonstração de força reafirmou o compromisso dos Estados Unidos em não permitir que ataques como esse se transformassem em vitórias para a crescente força insurgente.

Figura 2 - Ponte sobre o rio Eufrates na cidade de *Fallujah*.



Fonte: McWilliams; Schlosser, 2014, p. 2

1.3 Primeira Batalha de Fallujah (abril de 2004)

A resposta americana ao ataque aos contratados da *Blackwater* foi lançar a ofensiva militar que ficaria conhecida como a Primeira Batalha de *Fallujah*, de codinome Operação *Vigilant Resolve*. Contrariando a recomendação de seu comandante por uma abordagem mais paciente e deliberada para pacificar *Fallujah*, os militares da Força Expedicionária dos Fuzileiros Navais (I MEF) receberam ordens do governo americano para conduzir tempestivamente a ofensiva militar. O objetivo era capturar os elementos insurgentes responsáveis pelo ataque de 31 de março e retomar o controle da cidade.

Com o conselho do secretário de Defesa, *Donald H. Rumsfeld*, e do chefe da Autoridade Provisória da Coalizão, Embaixador *L. Paul Bremer*, o presidente *George W. Bush* queria responder ao ataque da *Blackwater* com uma rápida demonstração de força. Assim, os líderes do governo americano exerceram pressão sobre o Quartel-General da Coalizão no Iraque, a partir da Força-Tarefa Combinada Conjunta 7 (CJFT-7) liderada pelo General *Ricardo S. Sanchez* para lançar uma missão de retaliação contra os insurgentes em *Fallujah*. Em 3 de abril de 2004, *Sanchez* ordenou que a I MEF realizasse uma ofensiva na

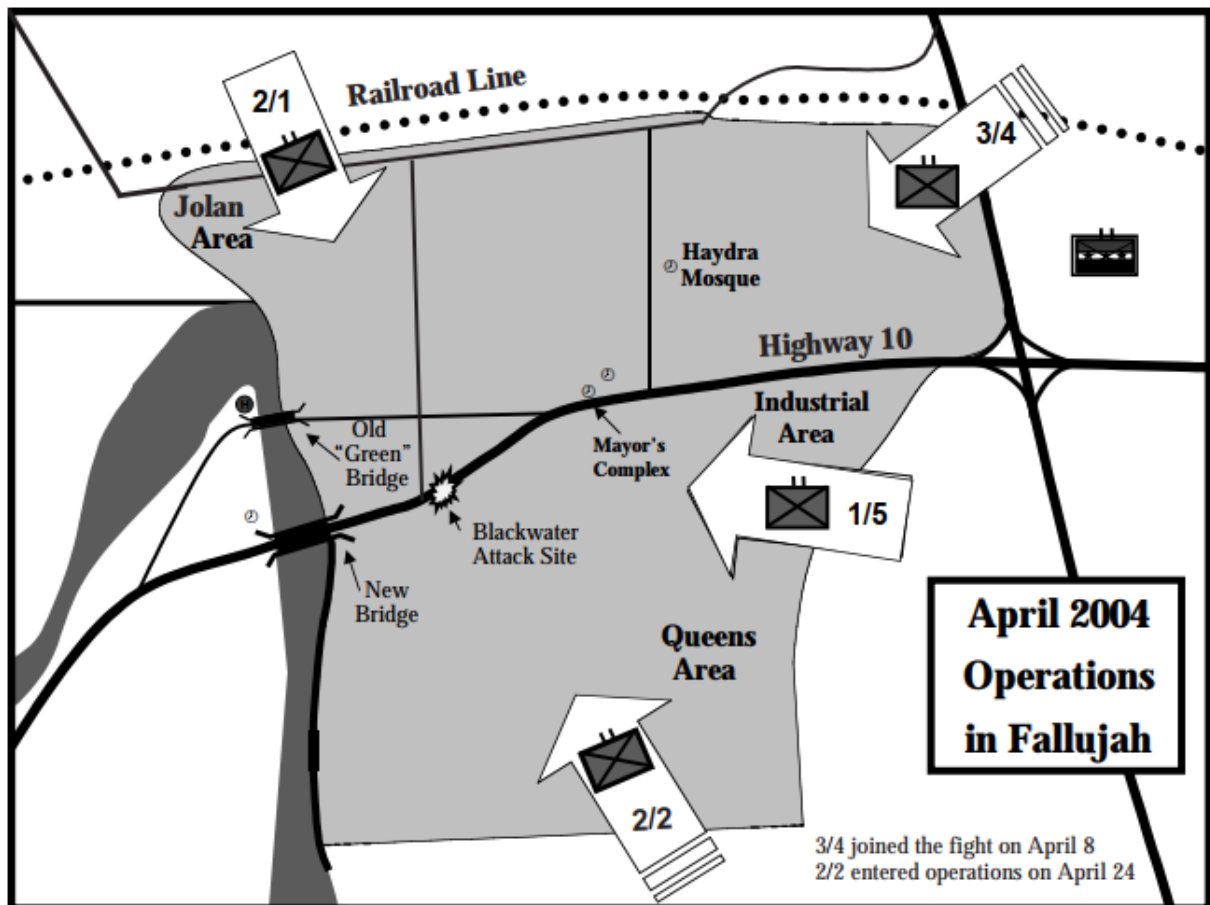
cidade, a Operação *Vigilant Resolve*. Tanto o General *Conway* quanto o General *Mattis* argumentaram que uma operação em grande escala enviaria a mensagem errada, colocaria civis em perigo desnecessário e não alcançaria o objetivo principal de localizar os responsáveis pelos assassinatos. Suas objeções foram ignoradas e a I MEF lançou um ataque à cidade.

Os militares da Força Expedicionária dos Fuzileiros Navais (I MEF) prepararam-se por 48 horas para o assalto em *Fallujah*, estabelecendo uma série de pontos de controle em um cordão de isolamento ao redor da cidade. O pequeno efetivo de militares americanos para um cordão de isolamento tão extenso, permitiu que elementos do alto escalão insurgente escapassem da cidade e fugissem para redutos vizinhos. Dada a rapidez da operação, apenas dois batalhões estavam disponíveis para o ataque propriamente dito (2º/1º e 1º/5º Batalhão de Fuzileiros Navais), posicionando-se perto da cidade, enquanto o 1º Batalhão de Reconhecimento se posicionava ao sul. Em 6 de abril, a I MEF iniciou a Operação *Vigilant Resolve*.

A ordem da operação previa que a Equipe de Combate do Regimento 1 (RCT-1) cercasse a cidade, avançando a partir de duas direções, antes de lançar uma série de incursões para capturar os principais indivíduos ligados à violência mais extremista na cidade. Os principais objetivos físicos identificados no plano eram estabelecer o controle sobre o complexo do prefeito, no centro da cidade, e o complexo militar iraquiano, a oeste. Nos primeiros três dias de abril, unidades foram deslocadas de áreas próximas da região e os principais pontos de acesso a *Fallujah* foram ocupados por forças da coalizão.

A Companhia *Golf* do 2º/1º Batalhão de Fuzileiros Navais assumiu o controle das abordagens a partir da região oeste, incluindo a antiga ponte verde onde os corpos dos contratados da *Blackwater* foram pendurados (Figura 2). O 2º/1º Batalhão de Fuzileiros Navais a noroeste e o 1º/5º Batalhão de Fuzileiros Navais a sudeste foram as principais peças de manobra da (RCT-1). O 3º/4º Batalhão de Fuzileiros Navais entrou no conflito em 8 de abril, estabelecendo posição a nordeste, enquanto em 24 de abril o 2º/2º Batalhão de Fuzileiros Navais guarneceu a porção sul da cidade (

Figura 3). Os dois batalhões locais do Corpo de Defesa Civil do Iraque (ICDC) estavam empregados em apoio a Força Expedicionária dos Fuzileiros Navais (I MEF). Todas essas unidades teriam apoio aéreo a partir de caças F-15 *Eagle* e helicópteros AH-1 *Cobra* durante o dia e por aviões de ataque AC-130 *Specter* durante a noite.

Figura 3 - Operação *Vigilant Resolve*

Fonte: Ballard, 2006, p. 29

O controle do acesso à cidade foi estabelecido por unidades da coalizão que ocuparam as principais vias de acesso à região. As patrulhas de combate entraram em *Fallujah* no início da manhã de segunda-feira, 5 de abril, transmitindo avisos para que os residentes ficassem em casa para sua própria segurança. Muitos dos financiadores, recrutadores e fornecedores de armas para o movimento insurgente foram capturados nas operações iniciais. De acordo com Ballard (2006, p. 29) "a polícia iraquiana entregou folhetos americanos nas mesquitas da cidade, anunciando um toque de recolher diário das 19h às 6h e ordenando aos moradores que não portassem armas."⁵ As proibições de armas e de movimentação livre tinham o objetivo de diferenciar os insurgentes dos moradores locais.

A chegada dos militares americanos foi prontamente combatida pelos insurgentes, que utilizavam rifles, armas automáticas, lançadores de foguetes (RPG) e morteiros. Atiradores

⁵ Do original: "Iraqi police dropped off U.S. leaflets at city mosques, announcing a daily 7 P.M. to 6 A.M. curfew and ordering residents not to carry weapons." (Ballard, 2006, p. 29)

insurgentes disparavam de telhados e das janelas de residências e estabelecimentos, até mesmo mesquitas. Segundo Ballard (2006, p. 29), o emprego de artilharia e apoio aéreo aproximado dentro das localidades ainda era considerado arriscado. Na tentativa de evitar vítimas civis, o uso de fogo indireto na cidade acabou sendo limitado.

Nesse ponto, é importante ressaltar que a operação ocorreu sem um apoio significativo de blindados. Devido à pressa em lançar a ofensiva e à falta de outras forças disponíveis, apenas 10 tanques M1 Abrams estavam presentes nas forças atacantes. Nas principais ruas da cidade, veículos abandonados bloqueavam cruzamentos e becos, dificultando o suporte dos blindados da coalizão para a infantaria.

Aproximadamente 3.600 homens, provenientes de unidades da Marinha, Exército e tropas Aerotransportadas, enfrentaram mais de 2.000 insurgentes. A força de assalto, apesar de seu maior tamanho relativo e maior poder de fogo, simplesmente não era forte o suficiente contra um inimigo bem-entranhado e determinado, que conhecia cada centímetro da cidade. Apenas alguns dias após o início da operação com intensos combates, os representantes dos EUA em Bagdá enfrentaram críticas e pressões políticas inesperadas por parte dos membros do governo iraquiano interino e do governo britânico. Como resultado, em 10 de abril de 2004, os Estados Unidos abortaram a operação e ordenaram a suspensão das operações ofensivas apenas cinco dias após o início de uma operação com expectativa de três a quatro semanas de duração. (Sanchez; Phillips, 2008, p. 332)

Embora as forças da coalizão tivessem começado a obter algum avanço militar, chegando a obter o controle de um quarto da área total da cidade, nenhum dos objetivos iniciais da operação foi alcançado quando o ataque foi interrompido. No Iraque e grande parte do Oriente Médio, a *Vigilant Resolve* transformou *Fallujah* em um símbolo de resistência e vitória sobre os americanos, o que fortaleceu o apoio à causa da insurgência. A operação foi um fracasso estratégico caracterizado por uma reação apressada, mal planejada e mal coordenada, por parte dos líderes dos Estados Unidos. Como resultado da pressa em lançar a operação, falta de consciência situacional e cálculo equivocado das consequências potenciais de uma operação militar de larga escala em área urbana, acabou forçando a retirada prematura das tropas. Essa retirada passou a mensagem aos insurgentes que era possível enfrentar a ocupação do exército americano e prevalecer. A retirada militar também permitiu que os iraquianos transformassem a cidade em um reduto insurgente, ou seja, a Operação *Vigilant Resolve* agravou a situação no Iraque em 2004.

1.4 Segunda Batalha de Fallujah (novembro de 2004)

Assim, o insucesso da Operação *Vigilant Resolve* permitiu que os insurgentes se reagrupassem, consolidassem poder e incorporassem novos combatentes estrangeiros. A insurgência em *Fallujah*, a despeito daquela que ocorria ao longo de todo o Iraque, era um movimento multifacetado formado por nacionalistas sunitas, veteranos desempregados e organizações islamistas internacionais afiliadas à *al-Qaeda*. Esses grupos estavam dedicados a ocupar o vácuo de poder deixado pela queda do regime de *Saddam Hussein* e estabelecer um novo estado fundamentalista no Iraque, unidos principalmente pelo desejo de acabar com a ocupação dos Estados Unidos no país.

À medida em que esses grupos ampliaram o controle sobre a população, impuseram uma rigorosa lei islâmica sobre os moradores de *Fallujah*. Para fazer com que a população relutante obedecesse, os *ihadistas* realizaram campanhas de intimidação; patrulharam as ruas para forçar todos a se conformarem com seu estrito código islâmico; e executaram homens, mulheres e crianças que colaboravam com a coalizão. Em julho, os líderes insurgentes substituíram o prefeito e o conselho de *Fallujah* pelo Alto Conselho de *Fallujah*. A islamização da região também impediu que os residentes recebessem assistência humanitária e dinheiro para a reconstrução da cidade, evidenciando os problemas que afligiam a população.

O terrorismo insurgente dentro de *Fallujah* atingiu o auge durante o outono, quando o líder *al-Zarqawi* promoveu a decapitação de três contratados britânicos e um japonês. As decapitações foram gravadas e o vídeo divulgado mundialmente, nos mesmos moldes do episódio ocorrido em 31 de março do mesmo ano, com os contratados da *Blackwater*. Assim, até o final do verão de 2004, ficou claro tanto para os comandantes da coalizão quanto para o governo iraquiano que uma operação militar em larga escala precisaria ser realizada contra as forças insurgentes que dominavam a cidade. (McWilliams; Schlosser, 2014, p. 4)

Em setembro de 2004, a Força Expedicionária do Corpo de Fuzileiros Navais (I MEF) iniciou operações preliminares projetadas para preparar o campo de batalha, designadas como Fase I ou operações de modelagem. Essas operações haviam começado de forma limitada durante o verão anterior. Elas envolviam a coleta e o posicionamento de munição, combustível e outros suprimentos; a montagem das forças de combate necessárias para o ataque final e a realização de operações secretas e bombardeios para enfraquecer as defesas do inimigo, a fim de desarticular suas funções de comando e controle.

Os Fuzileiros Navais também lançaram uma série de manobras e ataques de reconhecimento, destinados a testar as capacidades do inimigo, identificar sua cadeia de

comando, obter informações de inteligência e enganar o inimigo sobre as intenções da coalizão. O objetivo da I MEF era desviar a atenção dos insurgentes em direção ao sul, uma vez que a força de ataque provavelmente começaria seu avanço pelo norte. Para reforçar o engano, os Fuzileiros Navais lançaram uma série de operações psicológicas, incluindo o uso de alto-falantes para reproduzir o som de tanques americanos em movimento e enganar os insurgentes, fazendo-os acreditar que forças blindadas pesadas estavam se reunindo ao longo da periferia da cidade. (McWilliams; Schlosser, 2014, p. 5 e 6)

A Força Expedicionária do Corpo de Fuzileiros Navais (I MEF) também trabalhou para reduzir o apoio à insurgência e criar uma fissura entre os insurgentes e os moradores de *Fallujah*. A I MEF desenvolveu uma campanha de operações psicológicas que incluía transmissões de rádio e lançamento de folhetos na cidade, com o objetivo de separar os combatentes dos demais residentes de *Fallujah*. O argumento era que a presença e atividades dos insurgentes impediam que os moradores recebessem ajuda humanitária, interrompiam a retomada de serviços essenciais e paralisavam investimentos que revitalizariam a cidade, gerando emprego e renda para a população local.

No final de outubro, os efeitos cumulativos das operações de modelagem convenceram a maioria da população de *Fallujah* a deixar a cidade. Os Fuzileiros Navais acreditavam que havia restado menos de 500 civis na cidade, juntamente com 3.000 a 4.500 insurgentes. A inteligência calculou que outros 1.000 insurgentes atuavam em todo o corredor *Fallujah-Ramadi*. A inteligência da coalizão também concluiu que 33 de 72 mesquitas eram "usadas por insurgentes para realizar reuniões, armazenar armas e munições, interrogar e torturar vítimas de sequestro e conduzir sessões ilegais do tribunal islâmico de *Sharia*."⁶ (McWilliams; Schlosser, 2014, p. 6)

No mês seguinte, em novembro, cerca de 13.500 militares se reuniram para uma operação em *Fallujah*. A coalizão incluía tropas americanas, britânicas e iraquianas, sendo a maior parte composta por 6.500 Fuzileiros Navais e 1.500 soldados do Exército dos Estados Unidos, juntamente com 2.000 iraquianos. O Regimento *Black Watch* do Exército Britânico contribuiu com cerca de 850 homens para auxiliar nas operações de cerco que isolariam os insurgentes de ajuda externa. Unidades da 1ª Divisão de Cavalaria dos EUA e dos Fuzileiros Navais também receberam a tarefa de cercar *Fallujah*. Os insurgentes sabiam que um ataque

⁶ Do original: "used by insurgents to conduct meetings, store weapons and ammunition, interrogate and torture kidnap victims, and conduct illegal Sharia court sessions." (McWilliams; Schlosser, 2014, p. 6)

estava chegando devido ao grande acúmulo de tropas da coalizão, além da barragem de artilharia e ataques aéreos. (Tucker-Jones, 2014, p. 103)

Em 7 de novembro de 2004, teve início o conflito que ficaria conhecido como Segunda Batalha de *Fallujah*, quando foi lançada a Operação *Phantom Fury*. Embora a Força Expedicionária dos Fuzileiros Navais (I MEF) estivesse chamando a Operação de *Phantom Fury* há semanas, “o Ministro da Defesa do Iraque renomeou a operação para *al-Fajr*, que significa "novo amanhecer" em árabe, para destacar a participação iraquiana na operação.”⁷ (Ballard, 2006, p. 81)

A operação teve início quando as Forças Especiais dos EUA e do Iraque se moveram para garantir as vilas nos arredores a oeste de *Fallujah* e o hospital da cidade. Os Fuzileiros Navais também se moveram para garantir a Ponte *Jurf Kas Sukr*. As forças americanas cortaram a energia elétrica da cidade e, em seguida, duas equipes do Regimento de Combate dos Fuzileiros Navais lançaram o ataque ao norte, com a ajuda de unidades do 7º Regimento de Cavalaria dos EUA e do 2º Regimento de Infantaria (mecanizado). Eles foram apoiados por quatro batalhões de infantaria. (Tucker-Jones, 2014, p. 103)

Na Operação *Vigilante Resolve*, os Fuzileiros Navais possuíam um número restrito de blindados pesados, o que limitou sua capacidade de ataque, sem poder aproveitar o poder de fogo, mobilidade e proteção blindada oferecida por esses veículos. O número de baixas poderia ter sido menor com o uso de mais tanques e outros veículos blindados. No artigo “*Lack of Heavy Armor Constrains Urban Operations in Iraq*,” constatou-se que “os Fuzileiros Navais estão usando apenas 16 tanques de seu inventário de 403 no Iraque e implantaram 39 de seus 1.057 veículos anfíbios de assalto que fornecem proteção contra armas leves, mas não contra foguetes RPG.”⁸

O comandante da Força Tarefa 2-2, o Tenente-Coronel *Pete Newell* sabia das capacidades que uma força mecanizada pesada traria para a batalha. Ele estava convencido de que “muito poucos entendiam o poder de um batalhão pesado mecanizado em um ambiente urbano.”⁹ Então, ao contrário da Operação *Vigilante Resolve*, o amplo apoio de viaturas

⁷ Do original: “the Iraqi Minister of Defense renamed the operation *Al Fajr* (“new dawn” in Arabic) to highlight the Iraqi nature of the operation.” (Ballard, 2006, p. 81)

⁸ Do original: “The Marines are using only 16 tanks in Iraq of their inventory of 403, and have deployed 39 of their 1,057 assault amphibian vehicles that provide protection against small arms but not rocket-propelled grenades.” (Matthews, 2006, p. 10)

⁹ Do original: “very few understood the power of a mechanized heavy battalion in an urban environment.” (Matthews, 2006, p. 17)

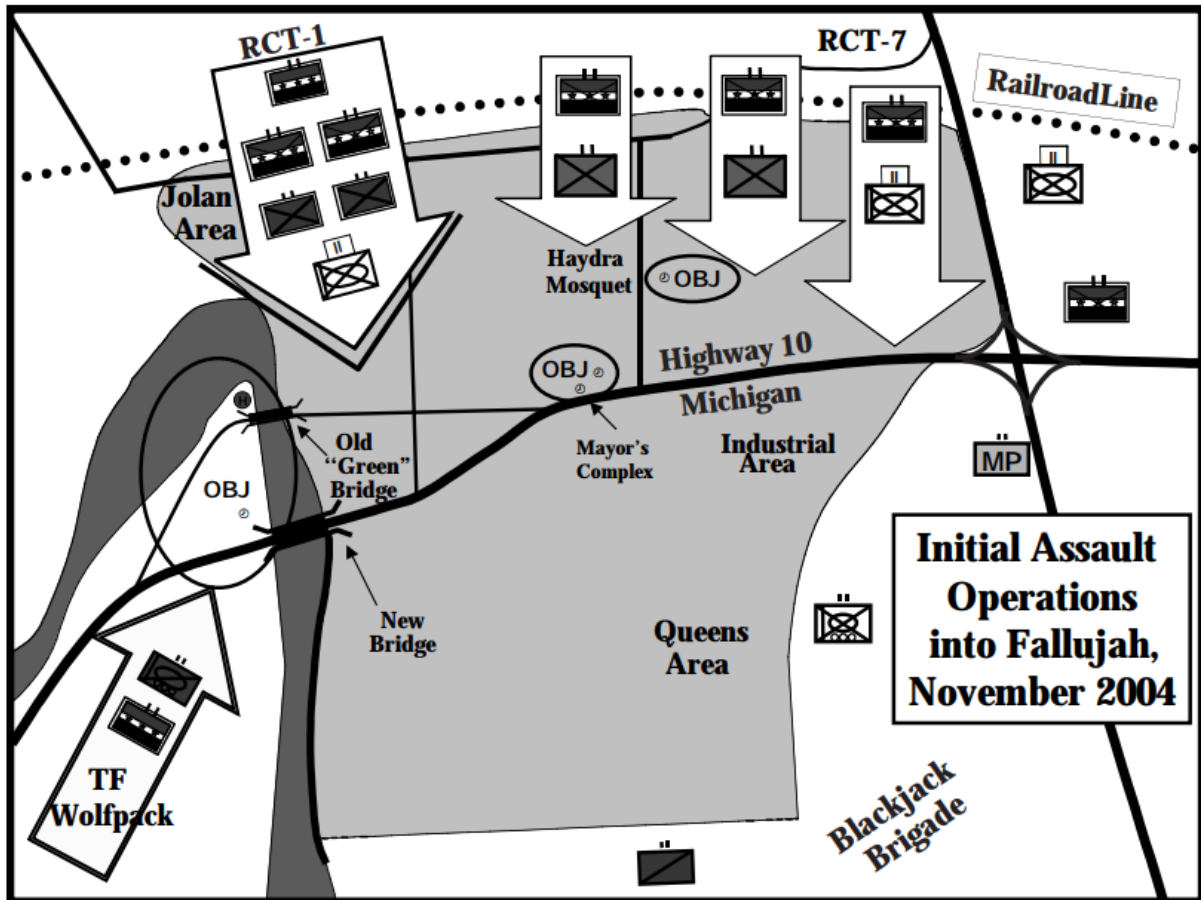
blindadas permitiu que a Operação *Phantom Fury* se concentrasse na rápida penetração na cidade. Para isso, seria utilizado o poder de choque, explorando o poder de fogo, a mobilidades e a proteção dos veículos blindados do Exército para subjugar os insurgentes de *Fallujah*. (McWilliams; Schlosser, 2014, p. 10)

Porém, essa rápida penetração não aconteceu conforme esperado pelas forças da coalizão. Conforme descreveu Ricks (2007, p. 333) o inimigo estava mais bem preparado do que os Fuzileiros Navais esperavam. Um resumo sobre a operação observou que "os insurgentes surpreenderam os EUA com a coordenação de seus ataques: lançadores de granadas RPG coordenados, combinados e em salvas e uso eficaz de fogo indireto. O inimigo manobrou efetivamente, permaneceu e lutou." ¹⁰

A ordem de batalha da Divisão incluía dois Regimentos de Fuzileiros Navais e a Brigada *Blackjack* da 1ª Divisão de Cavalaria, sendo que cada uma dessas formações era totalmente conjunta e combinada, com unidades de Fuzileiros Navais e do Exército interligadas, e forças iraquianas integradas. (Ballard, 2006, p. 81) Outras unidades foram trazidas de outras partes do Iraque e de fora da região. O 2º Batalhão do 7º Regimento de Cavalaria, um batalhão da 1ª Divisão de Cavalaria do Exército, foi anexado ao Regimento de Combate 7 (RCT 7). O 2º Batalhão do 2º Regimento de Infantaria, da 1ª Divisão de Infantaria, foi anexado ao Regimento de Combate 1 (RCT 1). Os dois batalhões do Exército forneceriam a capacidade de blindados, que havia sido ausente na batalha de abril. Um Batalhão de Artilharia do Exército forneceria apoio de fogo adicional.

Como esforço principal do ataque da coalizão, o Regimento de Combate 1 (RCT 1) e o 2º Batalhão do 7º Regimento de Cavalaria, atacaram a porção oeste da cidade, que incluía o densamente povoado distrito de *Jolan*. Enquanto isso, o Regimento de Combate 7 (RCT 7) e o 2º Batalhão do 2º Regimento de Infantaria, realizaram um ataque de apoio na porção leste (Figura 4). Com seus tanques *Abrams M1* e veículos de combate *M2 Bradley*, os batalhões do Exército mostraram-se muito mais rápidos na limpeza do terreno do que os comandantes dos Fuzileiros Navais haviam previsto.

¹⁰ Do original: "Insurgents surprise U.S. with coordination of their attacks: coordinated, combined, volley-fire RPGs, effective use of indirect fire," the Marine summary states. "Enemy maneuvered effectively and stood and fought." (Ricks, 2007, p. 333)

Figura 4 - Operação *Phantom Fury*

Fonte: Ballard, 2006, p. 83

O plano de ataque previa que os dois batalhões mecanizados do Exército penetrassem o mais rapidamente possível na cidade, no sentido de norte a sul. Os tanques *Abrams M1* e os *M2 Bradleys* abriram caminho pela cidade, atravessando as barricadas de veículos abandonados, muros, diques e posições defensivas encontradas. Os Batalhões de Infantaria de Fuzileiros Navais e suas contrapartes iraquianas seguiriam o caminho aberto pelo avanço dos blindados, limpando bolsões de resistência e procurando remanescentes de grupos insurgentes expostos. Todas as manobras de diversão e o precedente histórico do ataque de abril convenceram o inimigo de que o ataque principal viria a partir do sul de *Fallujah*. Era esperado que ambos os regimentos avançassem para o sul até a principal rodovia que corta a região, conhecida como *Highway 10* ou *Rota Michigan*, dentro de 48 a 72 horas. Assim os insurgentes seriam empurrados rapidamente para a metade sul da cidade, menos desenvolvida e menos habitada, onde poderiam ser abatidos pelo fogo. (Ballard, 2006, p. 83, 84 e 86)

Ao longo do caminho, havia uma série de objetivos táticos escolhidos porque eram pontos conhecidos de comando e controle de insurgentes ou locais suspeitos de

armazenamento de armas. Vários desses locais estavam em mesquitas ou outras áreas normalmente restritas, porque os insurgentes acreditavam que a coalizão não os atacaria nesses lugares. Por exemplo, a famosa Mesquita *Hydra*, ao longo da rota *Highway 10*, era uma sede insurgente bem conhecida. Esses objetivos sensíveis foram atribuídos às Forças de Segurança Iraquianas, para que não-muçulmanos não precisassem entrar em locais sagrados como esses. (Ballard, 2006, p. 84)

Dentro de dois dias, ao anoitecer de 9 de novembro de 2004, os Fuzileiros Navais avançaram até a *Highway 10*, no centro da cidade. Passados três dias do início da Operação *Phantom Fury*, a rede de notícias *Al Jazeera* começou a discutir um possível desastre humanitário. No dia seguinte, foi publicado um artigo intitulado "*Fallujah* Enfrentando Crise Humanitária."¹¹ As mesquitas foram convertidas em fortificações inimigas e depósitos de armas. Como resultado, até um quinto dos prédios da cidade foram destruídos e cerca da metade danificados, à medida em que as forças da coalizão buscavam expulsar os combatentes da insurgência iraquiana. Passado mais um dia, outro artigo, também da *Al Jazeera*, relatava a situação: "Mesquitas Bombardeadas na Batalha de *Fallujah*."¹²

Embora os combates tenham diminuído até 13 de novembro, a resistência dos insurgentes se manteve por mais alguns dias. Foram necessários nove dias de intensos combates nas ruas em novembro de 2004 para os Fuzileiros Navais dos EUA expulsarem o inimigo, embora os insurgentes locais continuassem a lutar. A reabertura da ponte sobre o Eufrates simbolizou o término da ação iniciada com a Operação *Vigilant Resolve* e concluída com a Operação *Phantom Fury*. Essa ponte é a mesma onde os corpos dos contratados da *Blackwater* foram expostos após o ataque de 31 de março. (Ballard, 2006, p. 92)

A eliminação do pior refúgio de insurgentes do Iraque foi alcançada a um custo relativamente alto para as tropas dos Estados Unidos, com 57 fuzileiros navais e 6 soldados mortos, além de mais de 600 militares americanos feridos. A estimativa original da força insurgente havia sido relativamente precisa, uma vez que a coalizão deteve 2.052 insurgentes e estima-se que tenha matado 2.175 durante a batalha. (Rayburn et al., 2019, p. 354)

As táticas de combate americanas que se provaram vencedoras no conflito, basearam-se no apoio de fogo dos tanques *Abrams M1*. O apoio aéreo aproximado e os fogos de artilharia também foram usados para atacar as fortificações inimigas. Os tanques *Abrams M1* são veículos blindados pesados e altamente eficazes em combates urbanos, o que os tornava

¹¹ Do original: "*Falluja Facing Humanitarian Crisis*" (News | Al Jazeera, 2004)

¹² Do original: "*Mosques Bombed in Falluja Fighting*" (News | Al Jazeera", 2004)

uma peça de manobra estratégica em meio aos desafios de um combate em uma área urbana densamente povoada como *Fallujah*. Eles foram empregados com o objetivo de fornecer apoio de fogo direto, proteger as forças terrestres com sua proteção blindada e impulsionar o ataque por meio de sua elevada mobilidade. Assim, o emprego em larga escala dos blindados contribuiu de forma decisiva para o cumprimento da missão, diminuindo a quantidade de baixas por parte da coalizão e impulsionando o ataque com poder de fogo e mobilidade.

No próximo capítulo, será mostrado como se deu o emprego dos tanques *Abrams M1* na Segunda Batalha de *Fallujah*.

2 A IMPORTÂNCIA DOS CARROS DE COMBATE

Em termos táticos, *Fallujah* evidenciou o valor de forças blindadas e mecanizadas em combates urbanos. As unidades de infantaria dos Fuzileiros Navais que assaltaram *Fallujah* se utilizaram do apoio dos tanques *Abrams M1* e veículos de combate *M2 Bradley* dos batalhões mecanizados do Exército dos Estados Unidos, especialmente ao entrar na cidade e superar obstáculos durante o avanço. O plano inicial era cercar a cidade com os batalhões mecanizados, mas as unidades desempenharam um papel-chave na limpeza da cidade. A importância de forças pesadas em ambientes urbanos foi comprovada e validada ao longo do conflito, sendo fundamentais para o sucesso da Força Expedicionária dos Fuzileiros Navais (I MEF).

As operações militares em área urbana sempre foram um desafio, com elevado número de baixas e danos colaterais, devido às características do terreno. Porém, os assaltos à cidade foram liderados por veículos blindados, que permitiram rápida penetração para neutralizar e contornar posições defensivas inimigas, atravessando as camadas de dispositivos explosivos improvisados, localizadas em posições fortificadas do inimigo.

2.1 Características dos tanques *Abrams M1*

O centro de gravidade das forças blindadas militares americanas era o carro de combate *Abrams M1*. Projetado na década de 1970, esse tanque passou por uma série de modernizações, apresentando-se como um dos principais veículos blindados do mundo. No momento da Segunda Batalha de *Fallujah*, o *Abrams M1* já havia participado de combates na Guerra do Golfo em 1991, sendo o centro das atenções na Guerra do Iraque em 2003, durante a investida a Bagdá. Em ambos os conflitos, ele superou os tanques soviéticos T-55 e T-72. Por isso, o *Abrams M1* é reconhecido pelo poder de fogo e capacidade de suportar danos de batalha e continuar operando. (Gott, 2006, p. 96)

O carro de combate *Abrams M1* (Figura 5) pode pesar mais de 60 toneladas, seu motor a turbina garante aceleração rápida, atingindo uma velocidade de quase 50 quilômetros por hora em terrenos acidentados. Seu principal armamento é um canhão de 120mm de alma lisa, capaz de engajar e destruir alvos a mais de 4.000 metros de distância, com sistema de estabilização que permite disparos mesmo com o veículo em movimento.

proteção para carros de combate, como os sistemas de proteção ativa e defesa ativa. No entanto, esses sistemas podem ser pesados e caros, o que exige a busca por soluções adaptáveis e eficientes para o combate urbano.

As munições normalmente utilizadas no armamento principal, o canhão de 120mm, são as de carga cinética do tipo flecha (APFSDS) e de carga química (HEAT). Essas munições foram projetadas para vencer a proteção de outros veículos blindados em um conflito militar convencional. No entanto, as operações militares em ambiente urbano necessitam alteração no tipo de munição utilizada, sendo recomendada a polivalente. Esse tipo de munição é composto por cargas explosivas fragmentadoras, com capacidade de penetração limitada, adequada para ser utilizada contra construções existentes, posições fortificadas ou veículos levemente blindados. Algumas munições desse tipo são equipadas com retardo para controlar o momento da explosão dos projéteis e permitem o disparo diretamente contra as tropas inimigas.

O reconhecimento pelo fogo é eficaz contra forças não convencionais. Antes da chegada da tropa de infantaria a pé, os disparos de metralhadoras coaxiais são utilizados para revelar as intenções do inimigo, o que evita ataques a suas forças. Para os defensores de uma cidade, o fogo proveniente de tanques é encarado como a maior ameaça. Essa arma causa efeitos físicos significativos, além de um impacto psicológico nos defensores. Em combates de curta distância, os projéteis lançados contra posições fortificadas em construções existentes podem provocar desmoronamentos, ondas de choque (Figura 6) e neutralização dos defensores, mesmo que não sejam diretamente atingidos.

Dentre as características dos carros de combate, destaca-se a proteção blindada que eles oferecem. No entanto, a blindagem dos tanques atuais é projetada principalmente para combates militares convencionais, que geralmente ocorrem em áreas abertas e contra outros tanques. Portanto, a preparação para o combate urbano requer uma série de modificações para garantir o máximo de proteção blindada, considerando o aumento em termos econômicos, logísticos e funcionais, devido ao aumento do peso. A blindagem modular é recomendada para o combate em ambiente urbano por permitir direcionar a proteção para os locais de maior probabilidade de sofrer o ataque. (Marincovich, [s.d.], p. 32)

Figura 6 - O canhão 120mm do tanque *Abrams M1* destruindo um ponto forte das forças insurgentes em uma construção existente, durante a Segunda Batalha de *Fallujah*.



Fonte: Camp, 2009, p. 229

Os avanços mais recentes na blindagem de carros de combate incluem sistemas de proteção ativa (APS) e sistemas de defesa ativa (ADS). Os APS possuem capacidade de enviar informações falsas para confundir projéteis guiados por sensores, enquanto os ADS utilizam pequenas cargas de fragmentação para neutralizar projéteis inimigos. No entanto, esses sistemas de proteção e blindagem modular são muito pesados e caros, o que levou ao desenvolvimento de um módulo de combate urbano. Esses módulos incluem a instalação de telas de aço nas entradas de ar, exaustores e aberturas na carroceria, além da implementação de uma metralhadora externa remotamente controlada.

2.1.2 Limitações

O poder de fogo de um carro de combate se deve ao canhão de 120mm representando o armamento principal. No entanto, ao enfrentar combates em áreas urbanas, seu alcance de tiro pode se tornar uma limitação significativa, devido à dificuldade de atingir alvos situados em locais elevados. Além disso, o comprimento do canhão pode dificultar sua movimentação em ruas estreitas, além de comprometer sua capacidade de adquirir alvos nos flancos e na

retaguarda. A limitada observação e a restrição em manobras também colocam o tanque em desvantagem, especialmente ao atuar isoladamente, uma vez que as forças inimigas podem utilizar sistemas de armas antitanque de menor tecnologia.

O armamento principal do tanque é o que lhe proporciona maior poder de fogo; no entanto, o elevado alcance do projétil não é totalmente eficaz no combate aproximado em área urbana. O baixo perfil do chassi do carro e o desenho da torre restringem os ângulos de elevação e direção do canhão e da metralhadora coaxial, o que impossibilita seu uso para atingir alvos no topo de edificações ou próximos ao nível do solo.

Além disso, o comprimento do cano pode limitar seu movimento por ruas estreitas, o que impede a aquisição de alvos nos flancos e na retaguarda, uma vez que o canhão é apontado para a frente. Nesse caso, aumenta a importância da metralhadora externa para o combate aproximado, ainda que exponha parte da tripulação. Apesar da blindagem, os carros de combate enfrentam perigos em áreas urbanas, pois ficam confinados devido à limitada observação e às restrições em sua capacidade de manobra, o que coloca os veículos em posição de desvantagem, principalmente quando atuam isoladamente. (Marincovich, [s.d.], p. 35)

Uma característica intrínseca aos carros de combate é a capacidade de engajar alvos a longas distâncias. O *Abrams M1* é capaz de localizar e engajar alvos a mais de 4.000 metros. Porém, ao operar em ambiente urbano, essa capacidade pode ser perdida, devido à existência de prédios e outras estruturas típicas de uma localidade. Portanto, em ambiente urbano inexistem a capacidade estendida da linha de visão observada em terrenos abertos, variando de poucos metros a algumas centenas de metros. Dessa forma, apenas 5% dos alvos em operações urbanas aparecem a distâncias superiores a 100 metros, sendo que 90% dos alvos são engajados a distâncias de 50 metros ou menos. (Harris, 1998, p. 11 e 12)

Essas curtas distâncias de engajamento podem anular a vantagem de alcance do carro de combate sobre o oponente, oferecendo vantagem a um inimigo que utiliza sistemas de armas antitanque de baixa tecnologia, como os lançadores de foguetes RPG, de alcance efetivo de 500 metros. Assim, os carros de combate ficam dependentes, principalmente, da infantaria a pé para localizar e neutralizar as forças inimigas que tentam engajar os veículos blindados.

Dessa forma, o sistema de armas principal do *Abram M1* para o combate aproximado até 200 metros, torna-se a metralhadora coaxial. Segundo relatório sobre as Urban Operations Fight in The COE, foram estabelecidas regras de engajamento para o uso do canhão 120 mm, necessitando da aprovação dos comandantes de Batalhão para efetuar o disparo, de forma a

minimizar danos colaterais na infraestrutura da cidade. Assim, uma única companhia de carros de combate disparou 1.600 cartuchos de 120mm do canhão principal. Foram utilizados também 121.000 cartuchos de calibre 7,62, da metralhadora coaxial, e outros 49.000 cartuchos da metralhadora externa de 12,7mm, durante a Segunda Batalha de *Fallujah*. (Marincovich, [s.d.], p. 29)

2.2 Combate em ambiente urbano

As operações militares em ambientes urbanos apresentam desafios únicos, que requerem estratégias e abordagens diferenciadas das tradicionais. A presença de estruturas de vários andares proporciona vantagens para as forças defensoras, devido às limitações dos carros de combate. Dessa forma, a coordenação entre os veículos blindados e a infantaria a pé é fundamental para superar os desafios tridimensionais e alcançar a superioridade no campo de batalha. Além disso, a presença da população civil torna a operação ainda mais complexa, que exige estratégias para minimizar danos colaterais e baixas entre não combatentes.

Áreas urbanas constituídas por estruturas de vários andares acima do nível do solo, podem fornecer inúmeros pontos de observação para as forças terrestres acima da superfície. Além dos franco-atiradores, que se utilizam de posições elevadas, unidades inteiras fazem uso dessas características do terreno, tornando cada esquina com edifícios um ponto de possível confronto com o inimigo. As forças amigas não podem contornar em segurança uma posição fortificada, devido à possibilidade do inimigo obter um ângulo para engajar os blindados pela retaguarda ou pelo topo, locais de maior vulnerabilidade. Ademais, as forças inimigas que ocupam posições de combate nos andares superiores de edifícios, são alvos difíceis para o engajamento dos tanques. Devido às limitações de depressão e elevação da torre dos carros de combate, alguns desses sistemas de armas podem ter áreas cegas que impedem o operador de localizar e engajar um alvo.

Muitas áreas urbanas em países do terceiro mundo consistem em estruturas construídas com materiais leves, pelas quais os carros de combate podem abrir caminho com sua couraça ou criar uma brecha por meio de seu canhão principal. Operações militares em ambiente urbano apresentam dificuldades inerentes à presença da população local. Presumir que os não combatentes civis não serão envolvidos diretamente no combate pode ser extremamente perigoso, uma vez que é improvável que soldados inimigos usem uniformes militares identificáveis. Conseqüentemente, é possível prever que em um ambiente urbano haverá baixas entre combatentes e a população civil, principalmente quando carros de combate e outros sistemas de armas são empregados. Apesar disso, danos colaterais na

infraestrutura urbana e baixas civis devem ser mantidos ao mínimo, com especial atenção ao uso indiscriminado de poder de fogo. (Harris, 1998, p. 14 e 15)

O ambiente urbano é definido por suas zonas físicas, seu aspecto multidimensional e sua população. A zona periférica de uma cidade é frequentemente moderna, industrializada e populosa, as vias são largas e retas, os parques e áreas abertas oferecem alta permeabilidade. No ataque, é uma área favorável para uma rápida aproximação, observação e infiltração. Na defesa, pode ser utilizada para observação, camuflagem e canalização do inimigo. Essa é a "zona suave" de uma cidade, o que representa um bom terreno de combate para unidades blindadas.

A "zona rígida", geralmente referida como o centro histórico ou cidade antiga, é um emaranhado de ruas pequenas e estreitas, além de edifícios antigos rodeados por estruturas modernas de vidro e aço, o que representa o centro histórico, político e comercial de uma cidade. É constituída por uma área densa que favorece os defensores, prevalecendo o combate de curta distância e de emboscada e, por isso, é frequentemente chamada de armadilha para tanques.

Com a presença de construções, torres de igrejas, terraços de edifícios e inúmeras janelas que compõem o cenário moderno de uma cidade, o inimigo possui vantagem para a utilização de armas antitanque. Assim, os veículos blindados tornam-se alvos vulneráveis de ataques vindos por cima, por dispositivos incendiários, explosivos, lançadores de foguetes ou mísseis. Franco-atiradores inimigos têm a oportunidade de mirar nos periscópios, deixando os tanques cegos ou expondo tripulantes.

A infantaria a pé que acompanha os carros de combate, também corre riscos, podendo ser alvo de uma bomba incendiária ou cortina de fumaça. Dessa forma, os tanques e veículos blindados são limitados em sua percepção da terceira dimensão, principalmente em relação aos ataques vindos por cima. Sem o apoio adequado de armamento, inteligência e cobertura da infantaria a pé, sua eficácia no campo de batalha ficaria seriamente comprometida. (Murphy, 2010, p. 05)

Os carros de combate e os veículos blindados de infantaria são recursos altamente eficazes em ambientes urbanos, permitindo a penetração de defesas e a conquista de posições estratégicas no território inimigo. No entanto, devido à complexidade tridimensional dessas áreas, é importante que esses veículos permaneçam em constante movimento e que a infantaria esteja pronta para agir quando desembarcada, a fim de garantir o apoio mútuo. A cooperação entre essas duas armas é essencial para superar as limitações inerentes a um

ambiente complexo, garantindo o êxito das operações em ambiente urbano. Caso contrário, o inimigo poderá explorar o terreno em seu favor, comprometendo a segurança dos veículos.

Para enfrentar esses desafios, é crucial que as forças militares estejam devidamente treinadas e equipadas para operar em ambientes urbanos. Estratégias adequadas, coordenação eficiente e o uso criterioso do poder de fogo são elementos fundamentais para a proteção das tropas e a conquista dos objetivos militares. O contínuo desenvolvimento de tecnologias e táticas específicas para operações urbanas é essencial para garantir a eficácia dos carros de combate nesse cenário. A capacidade de adaptação e a coordenação entre diferentes unidades são essenciais para o sucesso em batalhas urbanas, por meio da combinação das armas dos carros de combate e da infantaria.

2.3 Emprego dos carros de combate na Segunda Batalha de *Fallujah*

A Equipe de Combate do Regimento 1 (RCT-1) organizou a Força Tarefa 2-7 (FT 2-7) como a ponta de lança do restante das unidades. A ideia era usar a blindagem, o poder de fogo e a mobilidade das unidades mecanizadas para romper as defesas, provocar a retirada do inimigo e eliminar pontos fortes dos insurgentes. Antes de realizar um ataque em determinada posição, veículos blindados da FT 2-7 movimentavam-se aleatoriamente pela área, em busca de algum ponto forte inimigo, utilizando seu armamento principal para neutralizar essas posições. (Marincovich, [s.d.], p. 27)

A blindagem do 2º Regimento de Cavalaria e da 2ª Infantaria Mecanizada liderou o avanço pela cidade. O *Abrams M1* era capaz de resistir a uma grande quantidade de danos e manter-se em operação. Em muitas ocasiões, os carros de combate receberam múltiplos impactos de lançadores de foguetes RPG e explosivos improvisados de grande porte, que não eram capazes de penetrar a blindagem pesada. Embora o número exato não tenha sido divulgado, relatos da mídia apontam que apenas dois carros de combate foram destruídos durante a Operação *Phantom Fury*. A batalha por *Fallujah* apresentou uma taxa de mortos e feridos historicamente baixa para um combate urbano desta magnitude, reafirmando as capacidades da blindagem pesada nesse modelo de operação.

As táticas de progressão eram utilizadas pelos americanos para compensar as limitações dos carros de combate em ambiente urbano. Em pares, os tanques cobriam uns aos outros enquanto permaneciam a curta distância, para oferecer suporte. Os carros de combate e os veículos de infantaria blindados (IFVs) mantiveram-se próximos a ambos os lados da rua, fornecendo cobertura para os veículos do lado oposto. Soldados de infantaria a pé forneciam cobertura contra insurgentes que tentavam emboscar os veículos, utilizando de fogo por

combate aproximado e atiradores de elite, além de avançar pelo interior dos prédios. (Gott, 2006, p. 100)

Durante a progressão pela cidade, os soldados de infantaria identificavam as posições fortificadas do inimigo para os tanques, que efetuavam disparos do canhão principal de 120mm contra o alvo (Figura 7). Devido à limitação de elevação das principais armas dos *Abrams M1*, os carros de combate também eram posicionados na retaguarda para cobrir o avanço, uma vez que a maior distância dos alvos permitia que eles atirassem em posições mais elevadas do que os veículos da ponta de vanguarda. Geralmente, os militares só entravam em casas após os tanques abrirem caminho, através de aberturas causadas pelo disparo do armamento principal.

Os tanques utilizam projéteis de alto poder explosivo (HE), para neutralizar as posições fortificadas inimigas, abrir brechas em estruturas existentes ou destruir obstáculos. Porém, quanto mais a cidade for destruída, mais os escombros gerados irão obstruir as vias de acesso, limitando a liberdade de manobra dos veículos e fornecendo ao inimigo mais pontos para realização de emboscadas. A infantaria precisa de apoio de fogo contra pontos fortes inimigos assim como os carros de combate precisam de proteção da infantaria a pé.

Dessa forma, os carros de combate normalmente se deslocam alguns metros à frente da infantaria a pé, que protegem os flancos e a retaguarda dos blindados de eventuais investidas inimigas, formando uma combinação de armas eficiente. Uma das lições aprendidas em *Fallujah* é a importância de formar forças-tarefas em escalões menores, como nível de pelotão ou até mesmo grupo de combate (GC). Essas forças-tarefas devem ser compostas, no mínimo, por um GC, uma seção de carros de combate e apoio de engenheiros. Segundo o Major de cavalaria Cleber Henrique Bernardes Simões (2018, p. 38):

“A justificativa para ter pelo menos dois carros de combate (..) é baseada na necessidade de apoio mútuo entre os veículos. Dessa forma, caso um blindado seja danificado, o outro carro da seção pode prover a proteção necessária para sua evacuação, algo que os fuzileiros, sozinhos, nem sempre são capazes de oferecer.” (Simões, 2018, p. 38)

Figura 7 - O tanque *Abrams M1* acaba de disparar o canhão principal de 120mm contra alvos insurgentes na Segunda Batalha de *Fallujah*. Os tanques trabalham em pares, provendo cobertura um para o outro. A infantaria a pé estava próxima para fazer a segurança dos blindados.



Fonte: Camp, 2009, p. 235

A estratégia de formar forças-tarefas em escalões menores e garantir o apoio mútuo entre os carros de combate é essencial para aumentar a eficiência e a segurança durante operações urbanas. Os veículos blindados podem ficar vulneráveis se estiverem isolados ou sem o apoio da infantaria, uma vez que o inimigo pode utilizar armas antitanque para atacar os veículos. Em ambientes urbanos, há muita cobertura e camuflagem disponíveis para os inimigos se esconderem, dificultando a identificação dos alvos pelos atiradores dos veículos blindados. Dessa forma, a infantaria que acompanha o blindado pode fornecer informações precisas, direcionando o atirador para os alvos inimigos. A importância da cooperação entre a infantaria e os carros de combate, formando uma combinação de armas, também pode ser verificada a partir da passagem do autor Thomas Joseph Murphy (2010, p. 14):

"Se isolados ou sem o apoio da infantaria, veículos blindados são vulneráveis a equipes inimigas caçadoras/assassinas disparando armas antitanque leves e médias. Devido à abundância de cobertura e camuflagem em terrenos urbanos, os atiradores de veículos blindados podem não ser capazes de identificar facilmente os alvos inimigos, a menos que o comandante se exponha ao fogo ao abrir a escotilha ou por

meio de indicações da infantaria direcionando o atirador para o alvo.”¹³ (Murphy, 2010, p. 14)

A doutrina de emprego militar dos Fuzileiros Navais enfatiza a importância de utilizar carros de combate como apoio de infantaria. Contudo, na batalha de *Fallujah*, pode-se argumentar que faltaram tanques suficientes para apoiar parte de sua infantaria durante as operações de limpeza casa a casa. Um oficial de blindados da Companhia C, 2º Batalhão de Tanques, destacou parte do problema em sua análise pós ação da Operação *al-Fajr*:

“Idealmente, uma companhia de tanques deveria ser organizada para apoiar um batalhão de infantaria. A Operação *AL FAJR* provou que podemos nos virar com menos, como é típico no Corpo de Fuzileiros Navais, ao dividir 14 tanques entre dois batalhões de infantaria (seis e oito). No entanto, para obter um melhor efeito de choque e realmente concentrar um esforço principal, teria sido ideal se uma companhia de tanques pudesse ser dedicada a um batalhão de infantaria. Mais tarde, os Tanques da Companhia C foram designados para apoiar três batalhões de infantaria. Isso é muito difícil de realizar considerando o alto ritmo operacional e os subsequentes requisitos de manutenção desses tanques. Uma única companhia de tanques não deve ser designada para se organizar com mais de dois batalhões de infantaria (...) Além disso, os princípios da guerra de massa e fogo reduzirão a ação de choque que os tanques trazem para o campo de batalha se eles forem usados de forma fragmentada e dispersa demais.”¹⁴ (Matthews, 2006, p. 82)

A análise do oficial de blindados da Marinha evidencia os desafios enfrentados na batalha de *Fallujah* em relação ao apoio de tanques à infantaria. Embora a doutrina dos Fuzileiros Navais enfatize a importância de utilizar carros de combate como apoio, a realidade operacional mostrou que a distribuição dos tanques entre os batalhões de infantaria durante a Operação *Phantom Fury* não foi o ideal. A divisão de apenas 14 tanques entre dois batalhões de infantaria, e posteriormente entre três batalhões, levou à sobrecarga operacional com impacto negativo na efetividade dos tanques como apoio. Normalmente, uma companhia de tanques deveria ser organizada para apoiar um batalhão de infantaria, concentrando o poder de fogo e maximizando o efeito de choque no campo de batalha.

¹³ Do original: “If isolated or unsupported by infantry, armored vehicles are vulnerable to Enemy hunter/killer teams firing light and medium anti-armor weapons. Because of the abundance of cover and concealment in urban terrain, armored vehicle gunners may not be able to easily identify enemy targets unless the commander exposes himself to fire by opening his hatch or by infantrymen directing the gunner to the target.” (Murphy, 2010, p. 14)

¹⁴ Do original: “Ideally, one tank company would be task organized to support one infantry battalion. Operation *AL FAJR* proved that we can make do with less as typical in the Marine Corps by splitting 14 tanks with two infantry battalions (six and eight). However, to achieve better Shock effect and to truly weight a main effort, it would have been ideal if one tank company could be dedicated to one infantry battalion. Later, C Company Tanks [were] expected to support three infantry battalions. This is very difficult to accomplish considering the high *OPTEMPO* and subsequent maintenance requirements of these tanks. A single tank company should not be expected to task organize with more than two infantry battalions (...) Furthermore, the principles of warfare of mass and fires will lessen the shock action that tanks bring to the battlefield if they are piecemealed and spread too thin.” (Matthews, 2006, p. 82)

Essa distribuição de poder de combate inferior ao prescrito na doutrina militar dos Fuzileiros Navais teve consequências em termos da manobra e eficácia, o que diminui o poder de choque em uma determinada área. Os carros de combate são ativos que impõem medo e influenciam o moral do combatente inimigo, mas essa influência é mais eficaz quando um número adequado de veículos está concentrado em uma única área. Dessa forma, a presença física e o efeito psicológico dos tanques no campo de batalha podem ser diluídos.

As opções de emprego tático de combate utilizadas podem ser limitadas, não sendo possível executar manobras complexas ou estratégias de ataque pelos flancos com um quantitativo de tanques reduzido em cada unidade de infantaria. A manutenção e a logística também se tornam mais complexas, pulverizadas ao longo da área de operações, o que pode afetar a prontidão e o poder de fogo dos carros de combate, devido à necessidade constante de reabastecimento de combustível e munição. Além disso, diversos aspectos relacionados à manobra podem ser prejudicados. A identificação precisa de alvos inimigos é crucial para evitar danos desnecessários e otimizar os recursos disponíveis. Com um número limitado de tanques, a capacidade de identificar e neutralizar alvos pode ser comprometida.

Com apenas 14 tanques disponíveis, a quantidade de alvos que cada veículo pode engajar e neutralizar é limitada. Em uma situação de combate em ambiente urbano, pode haver múltiplos alvos, como veículos, fortificações ou franco-atiradores inimigos. Se esses alvos estiverem distribuídos pelas estruturas existentes na cidade, a falta de veículos suficientes para cobrir todas as ameaças significa que alguns alvos podem ficar sem serem atacados ou neutralizados. Dessa forma, os tanques desempenham um papel importante na proteção das tropas de infantaria, fornecendo cobertura e suporte contra ameaças inimigas. A dispersão dos tanques entre as unidades no terreno pode dificultar a prontidão para responder a ameaças imediatas e a proteção das tropas pode ser comprometida.

Como resultado, as complexidades operacionais relacionadas à distribuição insuficiente de carros de combate podem aumentar o risco de violações dos princípios do Direito Internacional Humanitário. Na tentativa de contornar a limitação quantitativa dos veículos blindados, os atores envolvidos no conflito podem ser levados a empregar um grau de força além do necessário para atingir seus objetivos militares. Isso, por sua vez, pode causar danos excessivos a civis e infraestruturas.

3 DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

Os princípios do Direito Internacional Humanitário (DIH) originam-se de tratados, práticas estabelecidas ou princípios gerais do direito. Os dois objetivos centrais do DIH são proteger aqueles que não participam ativamente em conflitos armados ou que estão incapacitados, além de restringir o uso da violência ao mínimo necessário para alcançar os objetivos militares pretendidos no conflito.

A fim evitar o sofrimento desnecessário entre indivíduos afetados pelo conflito e alcançar um dos objetivos centrais do DIH, três princípios destacam-se: necessidade militar, proporcionalidade e distinção. O princípio da necessidade militar ressalta que apenas o uso da força indispensável para atingir um objetivo militar é justificado, com a finalidade de minimizar o impacto adverso sobre aqueles não envolvidos diretamente nas hostilidades. O princípio da proporcionalidade requer que as ações tomadas em conflito estejam em equilíbrio com a importância do objetivo militar, a fim de evitar a utilização excessiva de força que possa resultar em danos injustificados. O princípio da distinção exige que participantes em conflitos armados efetuem a diferenciação entre combatentes e a população civil, com o objetivo de diminuir as casualidades sobre os moradores locais.

Esses princípios constituem a base do Direito Internacional Humanitário e são fundamentais para garantir que os efeitos colaterais dos conflitos armados sejam minimizados e que haja respeito pelos direitos humanos, mesmo em tempos de guerra.

3.1 Princípio da Necessidade Militar

O princípio da necessidade militar, um dos pilares fundamentais do Direito Internacional Humanitário (DIH), busca regular a conduta das partes em conflitos armados para minimizar o sofrimento humano e proteger indivíduos que não participam diretamente das hostilidades. Este princípio visa garantir que as ações militares sejam conduzidas de maneira apropriada e que o uso da força seja limitado às situações estritamente necessárias.

Segundo esse princípio, as partes envolvidas em conflito devem adotar medidas para alcançar seus objetivos militares legítimos de maneira eficaz e com o mínimo impacto humanitário. Isso implica que as ações militares devem ser direcionadas apenas contra alvos militares legítimos e que a escolha dos meios e métodos empregados deve ser feita de maneira a minimizar o sofrimento humano e os danos colaterais aos civis e às infraestruturas civis.

De acordo com o DIH, um alvo militar legítimo é aquele que possui relação direta com as operações militares e cuja destruição ou neutralização oferece uma vantagem militar concreta. Alvos civis, como hospitais, escolas e templos religiosos, devem ser protegidos e

não devem ser atacados, a menos que sejam usados para fins militares específicos e diretos. Em último caso, o princípio da necessidade militar exige que o ataque seja proporcional ao valor militar do alvo e todas as precauções possíveis devem ser tomadas para evitar danos excessivos à população civil. (Crowe; Weston-Scheuber, 2013, p. 53)

Além disso, as partes em conflito devem escolher meios que causem o menor sofrimento possível, evitando a utilização de armas indiscriminadas que não possam distinguir combatentes de civis, bem como armas que causem danos excessivos e duradouros ao meio ambiente. Sempre que houver possibilidade de escolher entre diversos objetivos que proporcionem uma vantagem militar equivalente, a escolha deve recair sobre aquele que oferecer o menor risco às pessoas civis ou aos bens de natureza civil. Isso demonstra a importância de considerar a minimização do impacto sobre civis e bens civis, além da eficácia militar.

A doutrina da necessidade militar é frequentemente vista como permissiva, pois uma parte pode adotar as medidas necessárias para alcançar o resultado militar desejado. Contudo, trata-se de uma doutrina restritiva, tendo em vista que a parte que realiza um ataque é autorizada a utilizar apenas a quantidade mínima de força necessária para alcançar o objetivo militar previsto, resultando no menor número possível de perdas humanas e danos materiais. Uma parte pode agir apenas de acordo com o necessário para atingir seu objetivo e nada além disso. (Hayashi, 2010, p. 57)

A aplicação do princípio da necessidade militar recai sobre as partes em conflito, bem como sobre as autoridades que tomam decisões operacionais e táticas no campo de batalha. Os comandantes militares devem avaliar cuidadosamente a relação entre os alvos visados, os meios empregados e os objetivos militares almejados. Qualquer ação militar que vá além do que é estritamente necessário para atingir esses objetivos pode ser considerada uma violação do princípio. Quando ocorrem alegações de violações, a avaliação se baseia na determinação da necessidade e proporcionalidade das ações militares frente ao objetivo militar legítimo. (Hayashi, 2013, p. 270)

Nos cenários de conflitos modernos, caracterizados pela complexidade dos conflitos assimétricos e pelas operações militares em ambiente urbano, a aplicação do princípio cresce em importância, além de tornar-se tarefa complexa e desafiadora. Isso ocorre devido a uma série de fatores intrínsecos a esses tipos de conflitos, que desafiam a interpretação e aplicação tradicional desse princípio do Direito Internacional Humanitário. Em conflitos assimétricos, as partes envolvidas dificilmente seguem uma estrutura militar tradicional, com uniformes, hierarquias e táticas de combate claramente definidos, o que dificulta a distinção entre

combatentes legítimos e a população civil. Dessa forma, as forças militares envolvidas podem enfrentar dificuldades na identificação de combatentes legítimos e sua distinção de civis não envolvidos nas hostilidades. A aplicação adequada desse princípio requer um equilíbrio delicado entre a proteção dos civis e a eficácia militar.

Outra complexidade surge nas operações de contraterrorismo, em que as ações são frequentemente realizadas para prevenir ou responder a ameaças iminentes de atos terroristas. Nesses casos, a avaliação da necessidade militar é delicada, pois a ação deve ser rápida e decisiva para evitar danos à segurança pública. No entanto, garantir que essa ação seja proporcional à ameaça e não cause danos excessivos a civis requer uma avaliação precisa das informações disponíveis, o que pode ser difícil em situações de grande pressão e incerteza. Além disso, o uso de táticas assimétricas que envolvem a utilização de áreas civis por parte de grupos armados, como estabelecer ponto forte em edifícios residenciais ou usar instalações civis como escudo, resulta em dilemas éticos e operacionais. A avaliação das consequências potenciais de ataques militares nessas situações torna-se particularmente complexa, pois a necessidade de minimizar o sofrimento humano colide diretamente com a necessidade de neutralizar ameaças reais.

3.2 Princípio da Proporcionalidade

Em um conflito armado, o direito das partes envolvidas em conflito de selecionar os meios e métodos de guerra não é absoluto. De acordo com o princípio da proporcionalidade, nenhum alvo, mesmo que tenha uma natureza militar, deve ser alvejado se os danos e sofrimentos resultantes forem maiores do que os ganhos militares esperados. Na complexidade de um conflito armado, em que situações de combate estão presentes, torna-se desafiador avaliar de maneira precisa as vantagens de um ataque em relação aos danos e sofrimentos que podem resultar dessa ação.

O princípio da distinção estabelece que somente objetivos militares podem ser diretamente alvejados em conflitos armados. No entanto, sempre que for viável escolher entre diversos alvos militares que oferecem uma vantagem militar equivalente, a seleção deve favorecer o alvo cujo ataque aparente menor risco para os civis ou para instalações de natureza civil. Esses efeitos colaterais prejudiciais são regulados pelo Direito Internacional Humanitário (DIH) por meio da doutrina da proporcionalidade. Essa doutrina proíbe ataques que possam causar danos à vida civil ou a bens civis que sejam excessivos em relação à vantagem militar esperada.

A doutrina da proporcionalidade está intimamente relacionada ao princípio da necessidade militar, que estabelece que um ataque que cause danos incidentais a objetos civis

só pode ser justificado se os danos forem proporcionais a uma vantagem militar direta. Além disso, ambas doutrinas estão sujeitas ao princípio da distinção. A proporcionalidade não pode ser usada para justificar um ataque direto a pessoas ou objetos civis, ainda que seja obtida uma vantagem militar proporcional. Ela se aplica exclusivamente a ataques direcionados a alvos militares que possam afetar incidentalmente civis. Portanto, os comandantes militares devem cumprir o princípio da distinção, ao garantir que os ataques sejam direcionados apenas a alvos militares legítimos. Em seguida, é necessário avaliar a proporcionalidade para garantir que um ataque planejado a um objetivo militar não cause danos excessivos a objetos civis. (Henderson; Reece, 2018, p. 101)

A proporcionalidade tem objetivo de impedir ataques que possam causar danos excessivos ao pessoal e instalações civis em relação à vantagem militar esperada, que deve ser concreta e direta. Portanto, a proporcionalidade não pode ser usada para justificar um ataque que visa deliberadamente objetos civis, mesmo que isso possa eventualmente resultar em uma vantagem militar. Uma vantagem militar pode consistir em ganho de terreno, destruição ou neutralização das forças armadas inimigas, mas não pode ser constituída, mesmo que crie condições propícias para a rendição, se visar a população civil.

Nem sempre será evidente se um ataque é proporcional ou desproporcional quando comparado à vantagem militar esperada. Nos casos de incerteza, o equilíbrio deve pender a favor da proteção de pessoas e objetos civis. Se o risco de perda desproporcional de vidas civis e propriedades se tornar evidente durante um ataque em andamento, o ataque deve ser cancelado ou suspenso. Quando existirem alternativas para atacar um objetivo militar específico, a força atacante tem o dever de escolher a opção que apresenta menos perigo para vidas e propriedades civis.

Desenvolvimentos tecnológicos em armamentos de precisão têm implicações positivas e negativas para o cumprimento dos princípios de distinção e proporcionalidade. Por um lado, a maior precisão permite um direcionamento mais preciso, o que reduz o risco de danos colaterais a civis e objetos civis. Por outro lado, a maior precisão pode permitir atacar alvos que antes não estariam disponíveis, com potencial para causar maior dano incidental a civis. (Crowe; Weston-Scheuber, 2013, p. 77)

Conflitos assimétricos desafiam a aplicação do princípio da proporcionalidade de maneira única e complexa. O equilíbrio entre a busca de objetivos militares legítimos e a proteção dos direitos humanos pode ser ainda mais complicado quando há discrepância significativa de poder entre as partes em conflito. A necessidade de responder a ameaças iminentes deve ser equilibrada com a responsabilidade de proteger os direitos humanos e

minimizar o sofrimento de civis. A avaliação adequada da proporcionalidade nessas situações pode determinar se uma ação militar é justificada ou se alternativas menos prejudiciais devem ser consideradas.

Nesses conflitos, os grupos insurgentes frequentemente buscam o apoio ou a simpatia da população local. As ações militares que resultam em danos colaterais substanciais apresentam a possibilidade de apresentar um impacto negativo na percepção da população sobre as forças militares regulares, o que pode aumentar o ciclo de violência, por meio da radicalização e aumento do apoio às facções insurgentes. Assim, a avaliação da proporcionalidade deve levar em consideração não apenas o impacto imediato das ações, mas também as implicações a longo prazo para a população civil.

3.3 Princípio da Distinção

O princípio da distinção exige que comandantes militares diferenciem alvos militares de objetos civis, tendo em vista que somente alvos militares legítimos podem ser atacados. Os participantes em conflitos armados também possuem a obrigação de distinguir combatentes da população civil, que não deve ser alvo de ataques e não deve participar diretamente das hostilidades. Além disso, os combatentes também devem se destacar da população civil, de modo que seus adversários possam reconhecê-los como diferentes dos civis que não estão envolvidos no conflito.

Os ataques militares não podem ser direcionados a pessoas ou objetos civis, independentemente de proporcionarem uma vantagem militar. Assim, o princípio da distinção impõe limitação adicional ao escopo dos ataques permitidos sob a doutrina da necessidade militar. De acordo com a necessidade militar, uma parte pode fazer o necessário para alcançar um objetivo militar e nada mais. O princípio da distinção acrescenta uma restrição adicional, uma vez que os ataques não podem ser direcionados a objetos civis, mesmo que tal estratégia alcance um benefício militar. (Quénivet, 2010, p. 169)

É uma suposição comum considerar que combatentes são alvos legítimos de ataques armados, seja porque voluntariamente se envolveram no conflito ou porque representam uma ameaça real ou potencial que pode ser neutralizada em legítima defesa. Da mesma forma, é fácil pensar que civis são apenas observadores inocentes do conflito, que não devem ser alvo de ataques. No entanto, a realidade é mais complexa e, em muitos casos, essas suposições não se aplicam de maneira uniforme ou universal.

Combatentes podem ter pouca educação e conhecimento sobre o contexto do conflito militar, em razão de recrutamento compulsório nas forças armadas, perspectivas sociais e econômicas limitadas ou alistamento em tempos de paz, sem imaginar a possibilidade de se

envolver em um conflito real. Muitas vezes são jovens e podem não entender completamente as implicações do serviço militar, desempenhando um papel muito limitado na condução real das hostilidades. Por outro lado, civis podem desempenhar um papel crucial na causa ou condução da guerra. Líderes políticos, em geral, são responsáveis por iniciar, financiar e planejar os conflitos, enquanto cidadãos comuns podem votar ou fazer campanhas públicas a favor da guerra, apoiando as forças armadas de várias maneiras diferentes. A diversidade entre os combatentes e os civis enfraquece qualquer distinção ética acentuada entre os grupos.

No entanto, essas questões não diminuem a importância de respeitar o princípio da distinção, que procura estabelecer limites claros e consistentes na conduta da guerra. O Direito Internacional Humanitário (DIH) poderia ter adotado uma regra menos rígida, segundo a qual civis poderiam ser atacados em certas circunstâncias ou se a vantagem militar fosse grande o suficiente. Dessa maneira, as violações do princípio da distinção seriam permitidas quando justificadas pela necessidade militar. No entanto, uma interpretação flexível do princípio traria riscos graves para a segurança das populações civis, deixando-as abertas a ataques e represálias em busca de ganhos militares percebidos. Isso privaria a comunidade internacional de uma base clara para condenar ataques a objetos civis, ao definir limites práticos para as hostilidades. (Crowe; Weston-Scheuber, 2013, p. 55)

A aplicação do princípio da distinção pode ser desafiadora, especialmente em conflitos assimétricos, em que grupos insurgentes dificilmente seguem estruturas militares convencionais, o que torna a identificação de combatentes mais difícil. A falta de uniformes e a integração com a população civil podem levar a situações em que é complicado separar civis e combatentes. Além disso, grupos insurgentes muitas vezes se escondem entre os moradores locais e utilizam áreas civis para abrigo e operações, o que dificulta a identificação de alvos legítimos e cria dilemas para as forças militares regulares, que devem minimizar o impacto sobre a população civil. Os grupos armados também podem usar instalações civis para suas operações, como escolas, hospitais e templos religiosos. Isso levanta desafios ao determinar se essas instalações têm uso militar efetivo que poderia justificar um ataque, ou se devem ser protegidas como bens civis.

Grupos insurgentes podem recorrer a táticas de combate não convencionais, como ataques terroristas indiscriminados, por meio da utilização de artefatos explosivos improvisados. Dessa forma, a necessidade de responder rapidamente a ameaças iminentes pode criar pressões para tomar decisões rápidas, porém imprecisas. No entanto, a identificação de alvos legítimos e a minimização de danos colaterais devem ser mantidas, mesmo sob essas circunstâncias. Isso cria uma complexidade adicional, pois as forças

militares regulares devem responder de maneira proporcional e em conformidade com o DIH, mesmo quando enfrentam adversários que não o fazem. A interpretação e a aplicação correta do princípio da distinção requer sensibilidade cultural e compreensão profunda das circunstâncias do conflito para garantir a máxima proteção aos civis e bens civis, mesmo em cenários complexos.

3.4 Considerações Sobre o Emprego de Carros de Combate na Segunda Batalha de Fallujah

Na Operação *Vigilante Resolve*, a limitação de blindados pesados afetou a capacidade ofensiva da Força Expedicionária dos Fuzileiros Navais (I MEF). Por sua vez, na Operação *Phantom Fury*, a ampla utilização de viaturas blindadas permitiu uma penetração rápida em *Fallujah*. O apoio de batalhões mecanizados do Exército, aos Regimentos de Combate RCT-7 e RCT-1, trouxe o poder de fogo dos carros de combate *Abrams M1*, que abriram caminho pela cidade, enquanto a infantaria limpava os pontos de resistência insurgente.

O *Abrams M1* era o centro de gravidade das forças blindadas dos EUA, equipado com um canhão de 120 mm capaz de engajar alvos a longa distância. No entanto sua capacidade é limitada em combates urbanos, devido a desafios como alvos elevados e manobras em espaços estreitos. Tanques são temidos por defensores, causam efeitos físicos e psicológicos significativos, mas enfrentam limitações diante de estruturas de múltiplos andares. Portanto, os carros de combate dependem da infantaria para neutralizar ameaças locais, enquanto minimizam danos a civis e infraestrutura, como estratégia para evitar danos colaterais.

Os carros de combate foram empregados como parte da estratégia militar para alcançar um objetivo legítimo e antecipado, que era a retomada do controle da cidade das forças insurgentes. A sua capacidade de fornecer apoio de fogo direto às forças terrestres, serviram para diluir os riscos para os soldados envolvidos na operação, ao mesmo tempo em que se alinhavam com o imperativo de empregar somente a força necessária para atingir o objetivo militar desejado. Nesse sentido, o uso dos carros de combate pode ser interpretado como uma medida que visava maximizar a eficiência operacional, reduzindo potencialmente tanto a duração quanto a intensidade do conflito. Ao considerar os princípios do Direito Internacional Humanitário (DIH), pode ser entendido como tentativa de conciliação entre a necessidade de alcançar objetivos militares e a obrigação de minimizar perdas humanas e danos materiais.

A escolha de utilizar recursos militares não se limita a vantagens táticas, envolve a avaliação constante dos riscos associados e das implicações humanitárias. Os carros de combate podem alterar significativamente o poder de combate em uma batalha, que deve ser equilibrado com a obrigação de proteger a vida da população local e limitar os danos a

infraestruturas civis. Na Operação *Phantom Fury*, os carros de combate, com sua capacidade de fornecer apoio de fogo de longo alcance e resistência a ataques, podem ter sido escolhidos com base na avaliação de que a sua utilização poderia permitir o alcance do objetivo militar, com minimização de riscos para as próprias forças e de danos colaterais para a população civil. Dessa forma, se alinha com o princípio da distinção, que requer a discriminação entre combatentes e civis, e com o princípio da proporcionalidade, que exige uma avaliação entre os benefícios militares esperados e os impactos sobre os civis e suas propriedades.

A avaliação da proporcionalidade se refere à relação entre os danos causados e o benefício militar esperado. No caso dos carros de combate, seu uso deve ser justificado tendo em vista os danos potenciais causados a civis e infraestruturas civis e sua proporcionalidade à vantagem militar esperada. A capacidade dos carros de combate de suprimir posições inimigas fortificadas pode ser vista como uma maneira de alcançar o objetivo militar, mas exige uma análise crítica para evitar consequências desproporcionais para a população e infraestrutura civis, o que poderia gerar consequências humanitárias adversas e minar a confiança das comunidades locais.

Além disso, a proporcionalidade se estende à escolha de métodos de ataque e à seleção de alvos específicos. O uso dos carros de combate deve ser guiado por uma análise dos riscos e benefícios em comparação a alternativas disponíveis, garantindo que a força empregada seja proporcional ao objetivo militar e minimamente prejudicial aos civis. Isso pode envolver a consideração de táticas de emprego dos carros de combate que minimizem o risco de danos colaterais e que busquem maximizar a precisão nos ataques. Portanto, o princípio da proporcionalidade atua como um guia para garantir que as ações militares, incluindo o uso de carros de combate, não causem danos excessivos em relação aos benefícios militares esperados, reforçando o compromisso do Direito Internacional Humanitário de proteger a vida em tempos de conflito armado.

A utilização dos carros de combate na Operação *Phantom Fury* em *Fallujah* pode ser analisada à luz do princípio da distinção no âmbito do Direito Internacional Humanitário. Esse princípio estabelece a obrigação de diferenciar entre combatentes e alvos militares legítimos de civis e infraestrutura civil, durante conflitos armados. No contexto da operação, a presença de carros de combate e sua utilização no campo de batalha levantam questões sobre a distinção entre alvos militares e civis. Os carros de combate podem ser considerados instrumentos de guerra que devem ser direcionados especificamente contra alvos militares legítimos, como posições inimigas fortificadas ou equipamentos utilizados pelas forças

insurgentes. Garantir a distinção adequada entre esses alvos é requisito fundamental para evitar danos desnecessários a civis e bens não militares.

Além disso, a utilização dos carros de combate deve considerar a possibilidade de efeitos indiretos, como danos a infraestruturas civis, que podem ocorrer como resultado de sua ação. A avaliação da distinção exige a consideração do impacto potencial das operações militares nos arredores dos objetivos militares e a adoção de medidas de precaução para evitar danos a escolas, hospitais, locais de valor histórico, religioso e cultural, protegidos pelo DIH.

A integração eficaz dos carros de combate na operação requer comunicação clara entre as forças militares envolvidas, a fim de assegurar que os alvos sejam claramente identificados e que todas as precauções sejam tomadas para proteger a população civil. Isso envolve o uso de inteligência precisa para distinguir entre alvos legítimos e não legítimos e para garantir que os carros de combate sejam usados apenas quando a certeza de evitar danos desproporcionais a civis seja alta. Portanto, a integração dos carros de combate na operação requer uma avaliação cuidadosa para garantir que sua utilização esteja alinhada ao princípio da distinção, contribuindo assim para a minimização do sofrimento humano e a proteção da infraestrutura civil em tempos de conflito armado.

3.5 As Mesquitas de Fallujah

A cidade de *Fallujah*, com uma população majoritariamente sunita, era conhecida como “A Cidade das Cem Mesquitas”. Durante a batalha que ocorreu em novembro de 2004, as forças insurgentes fizeram uso estratégico de mesquitas como parte de suas táticas de combate e defesa. As mesquitas têm um significado cultural e religioso profundo no mundo muçulmano e são locais sagrados para orações e adoração. No entanto, os insurgentes optaram por utilizar esses locais de maneira controversa e problemática à luz do Direito Internacional Humanitário (DIH).

As mesquitas oferecem espaço interno e uma estrutura sólida que pode ser usada para fortificação de posições defensivas. Os insurgentes frequentemente se abrigavam dentro das mesquitas, aproveitando as paredes grossas e a estrutura resistente a ataques, tornando-as pontos de resistência em meio ao conflito. Ao utilizar as mesquitas, os insurgentes esperavam que as forças de coalizão hesitassem em lançar ataques diretos contra esses locais de culto devido à sensibilidade cultural e religiosa. Isso poderia retardar ou limitar as operações das forças de coalizão, permitindo que os insurgentes ganhassem tempo ou reagrupassem.

Nos momentos iniciais da Operação *Phantom Fury*, a aproximadamente 150 metros do perímetro da cidade, a Companhia C foi de encontro à Mesquita *al-Tawfiq*, onde vários combatentes inimigos foram neutralizados, utilizando o armamento principal dos carros de

combate. Os insurgentes estavam em um ponto forte no topo da mesquita, onde posicionaram franco-atiradores e lançadores de foguetes (RPG). Em paralelo, um destacamento de soldados iraquianos do 5º Batalhão da 3ª Brigada do Exército Iraquiano, procedeu à limpeza da mesquita. Esse avanço ocorreu após o fogo proveniente dos tanques americanos ter rompido os muros do complexo religioso.

Pouco depois, a Companhia C e a unidade de resposta de emergência iraquiana lançaram ofensiva sobre a Mesquita *al-Hadrah* enquanto a Companhia B fornecia apoio do Centro Cultural Islâmico. Para dirigir o ataque de sua companhia, o capitão *Bethea*, seu primeiro sargento e os oficiais de ligação da unidade de resposta de emergência iraquiana avançaram sob fogo até o segundo andar e depois até o telhado da última posição oculta do outro lado da rua. Os fogos dos carros de combate foram direcionados para destruir as posições de franco-atiradores inimigos localizadas a leste da instalação, enquanto coordenava com o oficial de ligação iraquiano para determinar os melhores locais para romper as paredes da mesquita. O capitão *Bethea* ordenou que os tanques utilizassem o canhão principal de 120 mm para criar cinco pontos de ruptura ao longo das paredes norte e oeste da mesquita, além de neutralizar possíveis artefatos explosivos improvisados em veículos. (McWilliams; Schlosser, 2014, p. 30)

O General *Mattis*, o comandante da 1ª Divisão de Fuzileiros Navais, que estava presente no local à época, juntamente com o Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, General *Michael Hagee*, concordou com o ataque à mesquita, observando que os insurgentes haviam "profanado" o local ao usá-lo primeiro para atacar os Fuzileiros Navais. Isso se tornaria o primeiro de muitos exemplos de insurgentes ignorando as leis comumente aceitas do conflito armado em *Fallujah*. (Ballard, 2006, p. 32)

Os insurgentes também exploraram o uso de mesquitas para fins de propaganda, com a transmissão de mensagens e vídeos por meio de sistemas de som das mesquitas, incitando sentimentos anti-coalizão e mobilizando apoio entre a população local. Assim, um ataque direto das forças da coalizão a uma mesquita tinha o potencial de inflamar ainda mais as tensões, o que contribuía para a narrativa de resistência e defesa da cidade. Quando uma dessas mesquitas foi destruída, a história se espalhou de que os Fuzileiros Navais haviam deliberadamente matado civis, embora nenhuma evidência sustentasse essa alegação. (McWilliams; Schlosser, 2014, p. 2)

Embora essas ações invalidassem a premissa de proteção das mesquitas sob os princípios do Direito Internacional Humanitário, a propaganda jihadista havia destacado danos a mesquitas em comunicados divulgados por veículos de mídia regional. Os insurgentes

claramente entenderam que as baixas civis e os ataques dos militares americanos a mesquitas e outros alvos normalmente restritos tinham impacto positivo à causa insurgente na mídia internacional. A rede de notícias *Al Jazeera* publicou um artigo sobre as "Mesquitas Bombardeadas na Batalha de *Fallujah*". Nesse artigo, o jornalista *Fadil al-Badrani* relata que há cerca de 120 mesquitas na cidade e que "quase metade das mesquitas da cidade foram destruídas após serem alvo de ataques aéreos e de tanques dos EUA."¹⁵ Segundo relato americanos, os insurgentes haviam usado 47 mesquitas como posições de combate e alguns analistas acreditavam que eles usariam os moradores locais como escudos humanos quando o combate recomeçasse.

O Direito Internacional Humanitário (DIH) estabelece regras para proteger locais de culto religioso, bem como a população civil em tempos de conflito armado. Dessa forma, a utilização de mesquitas pelos insurgentes em *Fallujah* levanta questões éticas e legais. A Convenção de Genebra relativa à Proteção de Pessoas Civis em Tempo de Guerra proíbe o uso de locais de culto religioso para fins militares. O Artigo 53 do Protocolo Adicional I a essa convenção proíbe ataques diretos a locais de culto religioso que não estão sendo usados para fins militares, a menos que sejam usados para fins militares de maneira contínua, tornando-os alvos legítimos. Portanto, a presença de insurgentes em mesquitas, bem como seu uso para fins militares, poderia ser considerada uma violação do DIH, pois os insurgentes não estão protegidos por essas convenções devido à natureza irregular de suas atividades armadas.

Segundo as regras de engajamento apresentadas pela cadeia de comando, tudo na cidade que parecesse ser uma ameaça deveria ser enfrentado. O General *Natonski* lembrou dos desafios de limitar os danos à cidade enquanto tentavam livrá-la das forças insurgentes:

“Nós queríamos minimizar, na medida do possível, os danos à cidade, de modo que, se fôssemos atacados por armas leves, nós responderíamos com armas leves ou um pouco mais pesadas. No entanto, vou lhe dizer que, à medida que a batalha prosseguia, e há muitas pessoas que lhe dirão em primeira mão, quando se tratava de decidir se iríamos colocar a vida de um Fuzileiro ou soldado em risco, era muito mais fácil derrubar o prédio com uma bomba, um trator de esteira, um tanque ou explosivos. E nós preferíamos fazer isso do que colocar a vida de um Fuzileiro ou soldado em risco”.¹⁶ (McWilliams; Schlosser, 2014, p. 52)

¹⁵ Do original: “Almost half of the city’s mosques have been destroyed after being targeted by US air and tank strikes.” “Mosques bombed in Falluja fighting” (News | Al Jazeera”, 2004)

¹⁶ Do original: “We wanted to minimize, as much as we could, the damage to the city, so that if we were attacked by small arms we would return fire with small arms or a step above. However, I will tell you as the battle went on, and there are a lot of people that will tell you firsthand, when it came to deciding whether we were going to put a Marine or soldier’s life on the line it was a lot easier to take the Building down with a bomb, a bulldozer, a tank, or explosives. And we would have rather done that than put a Marine’s or soldier’s life on the line.” (McWilliams; Schlosser, 2014, p. 52)

O emprego de carros de combate para neutralizar o inimigo posicionado em mesquitas foi um desafio. Os Fuzileiros Navais tinham consciência da sensibilidade dos iraquianos em relação a seus locais sagrados; no entanto, os insurgentes não se limitavam em usar mesquitas como bases e posições de tiro. Isso colocou os militares americanos em uma situação delicada, sendo forçados a atacar os locais sagrados com o máximo de precisão, mas aceitando que ocorreria algum dano inevitável, tanto físico quanto cultural. O jornalista *Robert Kaplan*, que acompanhou a Companhia Bravo na cidade, observou:

"Pelos padrões da maioria das guerras, algumas mesquitas em *Fallujah* mereciam ser niveladas. Mas somente após repetidas agressões alguma mesquita foi alvo, e às vezes por ataques tão pequenos em escopo que muitas vezes tiveram pouco efeito. As fotos das mesquitas com buracos nas cúpulas não indicavam a insensibilidade do militar americano; pelo contrário".¹⁷ (Ballard, 2006, p. 32)

A Segunda Batalha de *Fallujah*, portanto, destacou a complexidade dos conflitos urbanos e a necessidade de equilibrar as operações militares com considerações culturais, religiosas e legais. Isso levantou questões sobre como as normas do Direito Internacional Humanitário podem ser aplicadas em cenários em que os insurgentes buscam usar locais religiosos para seus próprios fins táticos, enquanto as forças de coalizão devem priorizar a proteção de civis e o respeito às convenções internacionais.

¹⁷ Do original: "By the standards of most wars, some mosques in *Fallujah* deserved to be leveled. But only after repeated aggressions was any mosque targeted, and then sometimes for hits so small in scope that they often had little effect. The news photos of the holes in mosque domes did not indicate the callousness of the American military; rather the reverse". (Ballard, 2006, p. 32)

CONCLUSÕES

Este trabalho pretendeu analisar a utilização de carros de combate na segunda Batalha de *Fallujah*, sob a perspectiva dos princípios do Direito Internacional Humanitário, abrangendo as implicações legais e éticas envolvidas no emprego dos tanques *Abrams M1* em ambiente urbano complexo e altamente povoado.

Em breve retrospecto, a Guerra do Iraque, que ocorreu de 2003 a 2011, foi desencadeada pelos Estados Unidos em razão de alegações da existência de armas de destruição em massa e laços com grupos terroristas por parte do regime de *Saddam Hussein*. A partir disso, ocorreu a invasão liderada pelos EUA em março de 2003, apesar das controvérsias e da falta de apoio explícito da ONU. Após a queda de *Saddam*, a ocupação estadunidense enfrentou desafios devido à falta de um plano de transição que resultou em um vácuo de poder e no surgimento de uma resistência armada no Iraque.

Fallujah, de valor tático inicialmente limitado, tornou-se foco do conflito e da instabilidade observada. Houve mudanças frequentes de controle militar, confrontos violentos e incidentes que marcaram uma escalada na violência o que alterou a importância estratégica dessa cidade. Em 31 de março de 2004, o assassinato de quatro contratados da *Blackwater Security* desencadeou uma resposta militar urgente dos Estados Unidos, conhecida como a Primeira Batalha de *Fallujah* ou Operação *Vigilant Resolve*, que transformou a cidade em um símbolo de resistência à ocupação estadunidense e agravou a situação no Iraque em 2004.

A Operação *Vigilant Resolve* não conseguiu conter a insurgência e permitiu o reagrupamento e consolidação do poder dos grupos rebeldes. A insurgência, composta por nacionalistas sunitas e organizações islâmicas afiliadas à *Al-Qaeda*, tinha o objetivo de expulsar os Estados Unidos do Iraque e estabelecer um Estado fundamentalista. Em novembro de 2004, a Operação *Phantom Fury*, liderada pela Força Expedicionária do Corpo de Fuzileiros Navais (I MEF), lançou uma ofensiva com o apoio de forças da coalizão, com o emprego de tanques *Abrams M1* e veículos de combate *M2 Bradley*, para eliminar o reduto insurgente. A batalha resultou na retomada de *Fallujah* pelas forças da coalizão, com alto custo em vidas e danos à cidade. A ação destacou a importância das forças blindadas e mecanizadas, apesar dos desafios enfrentados na operação.

Ofensivas militares em ambientes urbanos são complexas devido à verticalidade do terreno, que favorece as forças defensoras. A ameaça de emboscadas e ataques vindos de cima é constante, o que torna os carros de combate vulneráveis, sendo necessário coordenação com a infantaria a pé para proteger as tropas e alcançar os objetivos. Na Operação *Phantom Fury*,

a distribuição limitada de carros de combate *Abrams M1* revelou-se um desafio operacional em que houve a necessidade de cooperação entre veículos blindados e infantaria.

O Direito Internacional Humanitário (DIH) é fundamentado em princípios essenciais que visam proteger não combatentes e reduzir a violência em conflitos armados. O princípio da necessidade militar enfatiza o uso restrito de força para alcançar objetivos militares legítimos e minimizar o impacto sobre civis. O princípio da proporcionalidade, por outro lado, exige que as ações militares estejam em equilíbrio com os objetivos militares e evitem o uso excessivo de força. Finalmente, o princípio da distinção requer diferenciação entre alvos militares e civis, bem como entre combatentes e civis, a fim de garantir a proteção dos não combatentes. Esses princípios buscam equilibrar eficácia militar e a preservação dos direitos humanos, mesmo em combates modernos complexos, como conflitos assimétricos e operações de contraterrorismo.

Ao longo deste estudo foi possível concluir que os carros de combate desempenharam papel fundamental na retomada da cidade de *Fallujah* na Operação *Phantom Fury*. Apesar do poder de fogo do canhão de 120 mm, o ambiente urbano apresentou desafios como alvos elevados e espaços estreitos, o que tornou a infantaria essencial para a neutralização de ameaças locais e minimização de danos à infraestrutura e civis. Embora o uso de carros de combate tenha se concentrado em alvos militares legítimos, o impacto indireto das operações militares em infraestruturas civis mostrou-se um desafio.

A utilização dos carros de combate durante a operação foi justificada pela necessidade de retomar o controle da cidade das forças insurgentes, demonstrando a aplicação do princípio da necessidade militar, que enfatiza o uso estritamente necessário da força para alcançar objetivos militares legítimos. Além disso, a proporcionalidade foi considerada, por meio da avaliação entre os danos causados e os benefícios militares esperados. Nesse contexto, os carros de combate foram usados contra alvos militares legítimos para suprimir posições inimigas fortificadas, desde que os riscos à população civil fossem minimizados.

No entanto, ficou evidente a necessidade de considerar o impacto indireto das operações militares em infraestruturas civis e a importância de adotar medidas de precaução para evitar danos a bens não militares e à população civil. A integração eficaz dos carros de combate na operação exigiu uma comunicação clara entre as forças militares envolvidas e o uso de inteligência para distinguir entre alvos legítimos e não legítimos. Essa prática indica um esforço consciente para cumprir os princípios da proporcionalidade e da distinção, minimizando o risco de danos desproporcionais a civis e bens civis. Essa pesquisa mencionou a importância das medidas de precaução para proteger civis e locais religiosos, mas não

aprofundou a avaliação dessas medidas durante a batalha. Uma análise mais detalhada das medidas tomadas pelas forças da coalizão para evitar danos colaterais poderia fornecer lições valiosas para futuros conflitos urbanos.

Quando mesquitas foram utilizadas pelos insurgentes como pontos de resistência, as forças de coalizão responderam a essas ameaças de maneira direcionada, visando os insurgentes que usavam esses locais para fins militares. A autorização para atacar mesquitas indicou que as forças de coalizão estavam cientes do Direito Internacional Humanitário (DIH) e das exceções à proteção de locais de culto religioso. A permissão para atacar essas mesquitas foi baseada na constatação de que elas estavam sendo usadas para fins militares contínuos, tornando-as alvos legítimos sob o DIH. Dessa forma, explorar a formação e a educação militar para aprimorar a compreensão do DIH e das complexidades dos conflitos urbanos, pode proporcionar melhor preparo das forças para cumprir as normas internacionais em tais cenários.

Verificou-se que a utilização de mesquitas pelos insurgentes apresentou um desafio devido à sensibilidade cultural e religiosa associada a esses locais. As forças de coalizão estavam cientes de que o ataque a mesquitas poderia inflamar as tensões e contribuir para a narrativa de resistência e defesa da cidade, o que tornou delicado o cumprimento do DIH, que exige respeito a locais de culto religioso. Os insurgentes também exploraram mesquitas para fins de propaganda, uma vez que ataques a esses locais teriam um impacto significativo na mídia internacional. Dessa forma, criou-se um dilema para as forças de coalizão que precisavam equilibrar a proteção de locais religiosos com a necessidade de neutralizar as ameaças insurgentes.

As conclusões reforçam a relevância contínua do DIH em conflitos contemporâneos, além de fornecer um quadro ético e legal para orientar as operações militares e garantir a proteção de civis, locais religiosos e bens civis. A Segunda Batalha de *Fallujah* destacou a necessidade de adaptar o DIH a cenários complexos, em que os insurgentes podem usar locais religiosos de maneira controversa. Portanto, as forças militares e as instituições internacionais precisam continuar a desenvolver diretrizes claras para situações análogas. Dessa forma, a compreensão das implicações do DIH e a importância da sensibilidade cultural e religiosa devem ser incorporadas ao treinamento militar, a fim de possibilitar que as tropas estejam preparadas para enfrentar desafios éticos e legais em conflitos urbanos.

A Segunda Batalha de *Fallujah* trouxe subsídios significativo para o entendimento do uso de carros de combate em cenários urbanos e seu impacto no cumprimento do Direito Internacional Humanitário (DIH). Essas contribuições podem ser utilizadas para desenvolver

diretrizes e doutrinas militares que abordem a condução de operações em áreas urbanas, por meio de melhores práticas para evitar danos colaterais e proteger locais sensíveis. O estudo mostrou as consequências humanitárias e operacionais do uso de carros de combate em ambientes urbanos que, embora eficazes no combate a ameaças, podem resultar em danos significativos a civis e infraestruturas civis com impactos para a população local e a duração do conflito.

Entre as conclusões, enfatiza-se a necessidade de haver equilíbrio entre a eficácia militar e a proteção de civis e bens civis, com implicações diretas na tomada de decisões, uma vez que os comandantes precisam ponderar o uso de ativos militares em áreas urbanas. A natureza dos conflitos modernos requer uma adaptação estratégica por parte das forças militares, tendo em consideração a presença de civis, locais religiosos e infraestrutura civil, para minimizar danos colaterais. O estudo destacou como a mídia e a propaganda podem impactar as operações militares, uma vez que as forças militares devem considerar o modo como suas ações serão percebidas e narradas na mídia para tomar decisões sobre alvos e táticas.

As ações militares em conflitos urbanos têm implicações para a reputação internacional de um país. O estudo de *Fallujah* destacou como o uso de locais religiosos pode gerar controvérsia e atrair atenção internacional, gerando implicações diplomáticas. O cumprimento do DIH e a consideração das implicações humanitárias podem influenciar a cooperação internacional em operações militares, uma vez que o respeito por esses princípios pode fortalecer relações com aliados e parceiros internacionais. Esta pesquisa mencionou a influência da mídia internacional na percepção da Segunda Batalha de *Fallujah*, mas não explorou como o conflito afetou a imagem dos Estados Unidos e da coalizão internacional na comunidade global em sua totalidade, o que torna necessária uma análise mais completa das repercussões diplomáticas, do impacto da Segunda Batalha de *Fallujah* nas relações diplomáticas e na imagem internacional dos países envolvidos, bem como estudos sobre a maneira que tais eventos afetaram as políticas externas e as percepções globais.

Esta pesquisa sobre a Segunda Batalha de *Fallujah* apresentou várias limitações que devem ser consideradas ao interpretar suas conclusões e implicações, por exemplo, grande parte das informações disponíveis sobre a Operação *Phantom Fury* provém de fontes oficiais dos Estados Unidos e de relatórios militares. Isso pode limitar a objetividade e a perspectiva global da pesquisa, uma vez que essas fontes podem ser enviesadas e não apresentar a visão completa do conflito o que pode limitar a compreensão das perspectivas locais e regionais sobre o conflito.

Tendo em vista que este estudo não abordou as perspectivas e fontes de informação das partes adversárias envolvidas no conflito, como os insurgentes e demais documentos do governo do Iraque, a compreensão das táticas e estratégias usadas durante a batalha está limitada. O entendimento abrangente do conflito exigiria uma análise aprofundada das ações e motivações de todas as partes envolvidas. A interpretação dos eventos e a análise das ações tomadas durante a batalha podem ser subjetivas e influenciadas pelo viés do pesquisador, uma vez que diferentes perspectivas podem levar a interpretações distintas dos mesmos eventos.

Embora a pesquisa tenha abordado as implicações humanitárias imediatas da batalha, as consequências a longo prazo para a população civil, inclusive deslocamento, saúde, educação e reconstrução, não foram exploradas em detalhes. Avaliar o impacto de eventos como a Segunda Batalha de *Fallujah* sobre a vida cotidiana dos civis é crucial para aprofundar o entendimento das consequências do conflito.

Tendo em vista que a pesquisa se concentrou na Segunda Batalha de *Fallujah* mas não realizou uma análise comparativa com outros conflitos urbanos semelhantes, um estudo comparativo que examine conflitos urbanos subsequentes pode fornecer uma visão ampla das tendências e mudanças nas táticas militares. Embora a pesquisa tenha oferecido lições sobre o uso de carros de combate em cenários urbanos, ela não analisou como as estratégias de conflito urbano evoluíram desde a Segunda Batalha de *Fallujah*. Desse modo, realizar estudos comparativos entre diferentes conflitos urbanos ao longo do tempo e em várias regiões do mundo pode contribuir na identificação de padrões, estratégias eficazes e lições aprendidas e, conseqüente, auxiliie no desenvolvimento de estratégias para a condução de operações militares em ambientes urbanos em conformidade com o DIH.

Conforme discutido neste trabalho, é importante salientar que o uso dos carros de combate como ferramentas militares em conflitos urbanos são recursos valiosos em termos de poder de fogo. Não obstante, apresentam desafios significativos devido às características dos ambientes urbanos, como espaços estreitos e a necessidade de minimizar danos colaterais. Pode-se afirmar que os carros de combate foram empregados de maneira estratégica durante a Segunda Batalha de *Fallujah*, a fim de alcançar objetivos militares legítimos, bem como minimizar os riscos para as forças e os danos colaterais à população civil. Isso exemplifica o equilíbrio necessário entre o uso de recursos militares e a proteção da vida humana.

O estudo ressaltou a complexidade dos conflitos urbanos e a necessidade de adaptar estratégias militares e táticas para enfrentar esses desafios. Isso é relevante em um mundo em que a urbanização é uma tendência crescente e, conseqüentemente, os combates em cenários irregulares serão cada vez mais comuns nas operações militares. Além disso, pode-se afirmar

que o respeito às normas internacionais protege tanto os direitos humanos e a infraestrutura civil como preserva a reputação e a legitimidade das forças militares envolvidas. Restou claro que a não conformidade pode ter sérias consequências políticas, diplomáticas e de imagem.

Outro ponto abordado neste trabalho relacionou-se à utilização de mesquitas de forma controversa pelos insurgentes e a resposta das forças de coalizão, o que ilustrou as complexidades éticas e legais associadas aos conflitos urbanos. A proteção de locais religiosos e a distinção entre alvos militares e civis são questões cruciais, no entanto, o estudo evidenciou que, frequentemente, os insurgentes exploram essas sensibilidades culturais e religiosas para seus próprios fins táticos, o que pode complicar as operações militares e a aplicação do DIH.

Por fim, é fundamental enfatizar a importância de se manter o equilíbrio entre a estratégia militar e a ética no contexto dos princípios do Direito Internacional Humanitário em conflitos armados contemporâneos o que torna mister considerar cuidadosamente as implicações humanitárias das ações das forças militares. Isso inclui a distinção clara entre alvos militares legítimos e civis, a aplicação do princípio da proporcionalidade para avaliar a relação entre benefícios militares e danos civis e a proteção de locais sensíveis, em conformidade com as convenções internacionais. Esse equilíbrio proporciona o respeito a valores humanitários fundamentais, essencial para o sucesso e a legitimidade das operações militares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLARD, John R. *Fighting for Fallujah: a new dawn for Iraq*. London: Praeger Security International, 2006. 186 p.

BREMER III, L. Paul. *My year in Iraq: The struggle to build a future of hope*. [s.l.] Simon and Schuster, 2006. 428 p.

CAMP, Dick. *Operation Phantom Fury: the assault and capture of Fallujah, Iraq*. [s.l.] Zenith Press, 2009. 319 p.

CROWE, Jonathan; WESTON-SCHEUBER, Kylie. *Principles of international humanitarian law*. London: Edward Elgar Publishing, 2013. 198 p.

GERMAUD, Amaury Patrick; FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **Depois do choque e do pavor: reflexões acerca da Guerra do Iraque**. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 21-36, jun. 2003.

GOTT, Kendall D. *Breaking the mold: Tanks in the cities*. [s.l.] Combat Studies Institute Press, 2006. 147 p.

HARRIS, Major Michael J. *Tanks: Fulfilling a Role in Military Operations in Urban Terrain (MOUT)*. [s.l.] School of Advanced Military Studies, US Army Command and General Staff College, 1998. 61 p.

HAYASHI, Nobuo. *Requirements of military necessity in international humanitarian law and international criminal law*. BU Int'l LJ, v. 28, p. 39, 2010.

HAYASHI, Nobuo. *Contextualizing military necessity*. Emory Int'l L. Rev., v. 27, p. 189, 2013.

HENDERSON, Ian; REECE, Kate. *Proportionality under International Humanitarian Law: The Reasonable Military Commander Standard and Reverberating Effects*. Vand. J. Transnat'l L., v. 51, p. 835, 2018.

MARINCOVICH, Mayor Sebastián. *El empleo de blindados y mecanizados en ambientes urbanos*. [s.l., s.d.]. 36 p.

MATTHEWS, Matt M. *Operation AL FAJR: A study in army and marine corps joint operations*. Fort Leavenworth, KS: Combat Studies Institute Press, 2006. 91 p.

MCWILLIAMS, Timothy S.; SCHLOSSER, Nicholas J. *US Marines in Battle: Fallujah, November-December 2004*. [s.l.] History Division, United States Marine Corps, 2014. 88 p.

News, Al Jazeera. *Falluja facing humanitarian crisis*. 2004.

Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2004/11/10/falluja-facing-humanitarian-crisis>>. Acesso em: 19 jul. 2023.

News, Al Jazeera. *Mosques bombed in Falluja Fighting*. 2004.

Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2004/11/11/mosques-bombed-in-falluja-fighting>>. Acesso em: 19 jul. 2023.

QUÉNIVET, Nöelle. *The War on Terror and the Principle of Distinction in International Humanitarian Law*. ACIDI, v. 3, p. 155, 2010.

RAYBURN, Joel D. et al. *The US Army in the Iraq War*. [s.l.] U.S. Army War College Press, 2019. 739 p.

RICKS, Thomas. E. *Fiasco: the American military adventure in Iraq*. [s.l.] New York: The Penguin Press, 2006. 516 p.

SANCHEZ, Ricardo S.; PHILLIPS, Donald T. *Wiser in Battle: A Soldier's Story*. [s.l.] Harper Collins, 2008. 512 p.

SIMÕES, Cleber Henrique Bernardes. *A segunda batalha de Fallujah e suas possíveis lições para o Exército Brasileiro*. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2018. 76 p.

Tank M1A2 Abrams Video. Photo. Speed. Armament. Armor. Engine. [s.d.]

Disponível em: <<http://oruzhie.info/en/tanks/5-tank-m1a2-abrams-technical-specifications-the-weight-dimensions>>. Acesso em: 27 jul. 2023.

MURPHY, Thomas Joseph. ***Urban Operations Fight in The COE.*** [s.l: s.n.]. 126 p.

TUCKER-JONES, Anthony. ***The Iraq War: Operation Iraqi Freedom 2003–2011.*** [s.l.] Pen and Sword, 2014. 162 p.

WAXMAN, Henry A. ***Private Military Contractors in Iraq: an examination of Blackwater's actions in Fallujah.*** [s.l: s.n.] 2007. 18 p.

WEST, Bing. ***No true glory: A frontline account of the battle for Fallujah.*** [s.l.] Bantam, 2011.